

# Plano Municipal de Saneamento Básico

## NITERÓI | RJ



PREFEITURA  
**NITERÓI**  
TRABALHANDO SÉRIO,  
SUPERANDO DESAFIOS.

SECONSER

**AMPLA**  
CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**  
**PRODUTO 9**  
**FEVEREIRO DE 2020**

Prefeitura Municipal de Niterói  
Rua Visconde de Sepetiba, 987 - Centro.  
Niterói – Rio de Janeiro  
CEP: 24.020-206  
Fone: (21) 2620-0403  
<http://www.niteroi.rj.gov.br/>

Ampla Assessoria e Planejamento Ltda.  
Rua Fernando Machado nº 73, sala 603, Centro.  
Florianópolis/SC  
CEP: 88.010-510  
[www.consultoriaampla.com.br](http://www.consultoriaampla.com.br)

**SUMÁRIO**

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1. ARRANJOS ECONÔMICO-FINANCEIROS.....</b>	<b>2</b>
1.1 METODOLOGIA DE TRABALHO ADOTADA .....	2
1.2 ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO .....	3
1.2.1 Receita – Faturamento e Arrecadação Projetado.....	3
1.2.2 Custos e Despesas Previstas .....	5
1.2.3 Estimativas de Investimentos .....	8
1.2.4 Demonstrativo de Resultado.....	11
1.2.5 Fluxo de Caixa.....	12
1.2.6 Indicador Econômico-Financeiro do Plano Municipal de Saneamento Básico	13
1.3 ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA – SISTEMA DE DRENAGEM URBANA.....	14
1.3.1 Despesas Operacionais.....	15
1.3.2 Investimentos.....	17
1.3.3 Receitas.....	19
1.3.4 Demonstrativo de Resultado.....	21
1.3.5 Fluxo de Caixa.....	21
1.4 ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA – SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.....	23
1.4.1 Critérios e Parâmetros Econômico-Financeiro .....	23
1.4.2 Receita – Faturamento e Arrecadação Projetado.....	24
1.4.3 Despesas Operacionais e Investimentos.....	25
1.4.4 Imposto e Agência Reguladora.....	26

<b>2. ALTERNATIVAS DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS .....</b>	<b>29</b>
2.1 POSSIBILIDADES INSTITUCIONAIS.....	29
2.2 GESTÃO CONSORCIADA EM RESÍDUOS SÓLIDOS.....	32
2.2.1 Potencialidades e Fragilidades de um Consórcio Público .....	33
2.2.2 Síntese para a Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico .....	34
2.3 PROSPECTIVA DE GESTÃO.....	34
<b>3. MECANISMOS DE REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL. 35</b>	
3.1 REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO.....	35
3.2 FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO .....	36
3.3 CONTROLE SOCIAL DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO .....	37
<b>4. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>39</b>
<b>ANEXOS – ARRANJOS LEGISLATIVOS.....</b>	<b>40</b>
<b>ANEXO I – PROJETO DE LEI PARA APROVAÇÃO DE AGÊNCIA REGULADORA .....</b>	<b>41</b>
<b>ANEXO 2 - DECRETO PARA APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXO 3 - POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO; .....</b>	<b>50</b>
<b>ANEXO 4 - POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS .....</b>	<b>60</b>

---

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1:Esquema de Modelagem Econômica..... 2

---

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Estrutura Tarifária da Águas de Niterói. ....	3
Quadro 2: Projeção de Faturamento Anual.....	4
Quadro 3: Projeção de Arrecadamento Anual.....	4
Quadro 4: Projeção de Custos e Despesas .....	6
Quadro 5: Projeção de Despesas Tributárias.....	7
Quadro 6: Cronograma de Investimentos no SAA .....	9
Quadro 7: Cronograma de Investimentos no SES .....	10
Quadro 8: Demonstrativo de Resultado .....	11
Quadro 9: Fluxo de Caixa .....	12
Quadro 10: Despesas Operacionais para o Sistema de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais.....	16
Quadro 11: Investimentos Previstos para o Sistema de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais.....	18
Quadro 12: Previsão de Faturamento para o Sistema de Drenagem Urbana através de Contribuição por Domicílios.....	20
Quadro 13: Demonstrativo de Resultados para a Drenagem Urbana.....	22
Quadro 14: Fluxo de Caixa para a Drenagem Urbana.....	22
Quadro 15: Parâmetros utilizados, Projeção do Faturamento Atual e Arrecadação - Modelagem 01.....	25
Quadro 16: Orçamento manejo dos Resíduos Sólidos, 2018 e 2019.....	25
Quadro 17: Projeção do Orçamento - Despesas de Operação e Investimentos .....	26
Quadro 18: Demonstrativo de Resultado – DRE – Modelagem 01. ....	26
Quadro 19: Fluxo de Caixa – Modelagem 01.....	26
Quadro 20: Projeção do Faturamento e Arrecadação – Modelagem 02. ....	28
Quadro 21: Demonstrativo de Resultado – DRE.- Modelagem 02.....	28
Quadro 22: Fluxo de Caixa – Modelagem 02.....	28
Quadro 23: Possibilidades Institucionais de Prestação dos serviços.....	30
Quadro 24: Possibilidades Institucionais de Prestação dos serviços.....	31
Quadro 25: Titularidade Municipal da Gestão do Saneamento Básico. ....	34

---

## APRESENTAÇÃO

O presente documento refere-se ao Produto 9: Proposição de Arranjos Institucionais, Jurídicos e Econômico-financeiros do Plano Municipal de Saneamento Básico PMSB, elaborado pela empresa AMPLA Consultoria, vencedora do certame licitatório, conforme Contrato de Prestação de Serviço N° 30/2019 firmado entre a empresa e o município de Niterói.

Este relatório foi dividido em etapas, são elas:

- Arranjos Econômico-Financeiros;
- Alternativas de Gestão e Prestação dos Serviços;
- Mecanismos de Regulação, Fiscalização e Controle Social

Foi apresentado ainda, ao longo dos anexos deste produto, 4 (quatro) propostas de políticas a serem cuidadosamente avaliadas, discutidas e revisadas pelo município, para posterior votação e aprovação, são elas:

- Projeto de Lei para aprovação de agência reguladora;
- Decreto para aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- Política Municipal de Saneamento Básico;
- Política Municipal de Resíduos Sólidos e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;



## 1. ARRANJOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

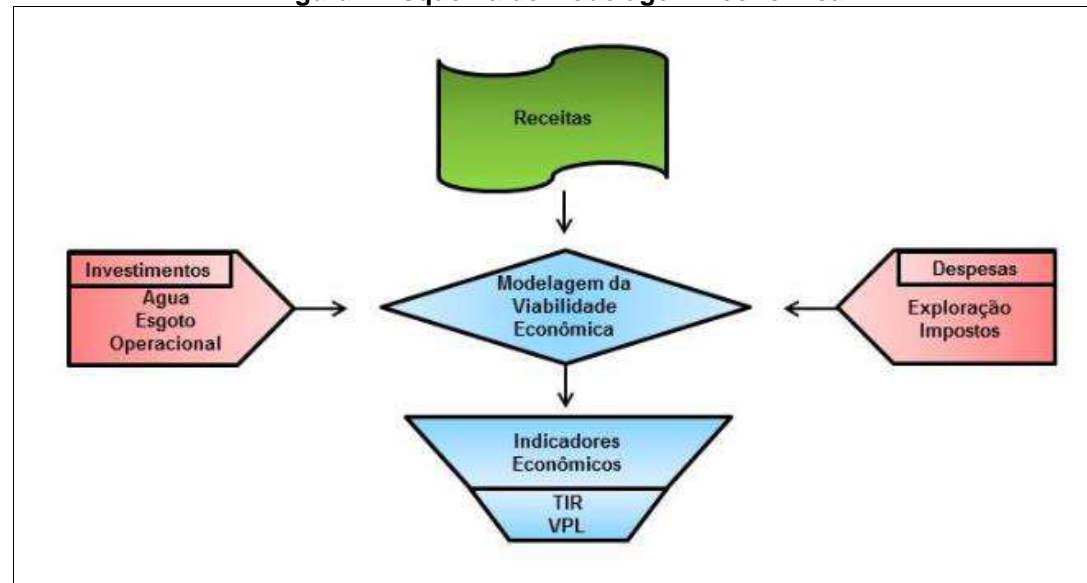
### 1.1 METODOLOGIA DE TRABALHO ADOTADA

Para elaboração do estudo de viabilidade econômico-financeira dos serviços de saneamento utilizou-se os seguintes parâmetros:

- Receitas – Faturamento, Inadimplência e Arrecadação
- Investimentos em Obras e Operacionais
- Despesas – Exploração e Impostos

Esquemáticamente a modelagem da viabilidade econômica baseada no Plano Municipal de Saneamento Básico de Niterói pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1: Esquema de Modelagem Econômica



Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020.

O histórico das informações numéricas e financeiras apresentadas foram obtidos juntamente à Prefeitura Municipal de Niterói e as prestadoras dos serviços de saneamento, bem como do SNIS, além das projeções elaboradas no próprio PMSB.

Para efeito de data-base para o estudo, adotou-se o ano de 2020 como Ano 1, tanto para as receitas como para as despesas, sendo que esses valores serão tratados oportunamente nos estudos econômico-financeiros.

Para análise da viabilidade econômico-financeira do estudo foram utilizados dois indicadores usuais:

- VPL – Valor Presente Líquido e
- TIR – Taxa Interna de Retorno

O VPL é uma função financeira utilizada na análise da viabilidade de um projeto de investimento. É definido como o somatório dos valores presentes dos fluxos estimados de uma aplicação, calculados a partir de uma taxa dada e de seu período de duração.

Os fluxos estimados podem ser positivos ou negativos, de acordo com as entradas ou saídas de caixa. A taxa fornecida à função representa o rendimento esperado.

Caso o VPL encontrado no cálculo seja negativo, o retorno do projeto será menor que o investimento inicial, o que sugere que ele seja reprovado. Caso ele seja positivo, o valor obtido no projeto pagará o investimento inicial, o que o torna viável.

A TIR é um método utilizado na análise de projetos de investimento. É definida como a taxa de desconto de um investimento que torna seu valor presente líquido nulo, ou seja, que faz com que o projeto pague o investimento inicial quando considerado o valor do dinheiro no tempo.

## 1.2 ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

### 1.2.1 Receita – Faturamento e Arrecadação Projetado

#### 1.2.1.1 Faturamento Projetado

No cálculo da projeção do faturamento foram utilizados os seguintes dados, critérios e parâmetros:

- Faturamento anualizado, com base nos dados disponibilizados no SNIS 2018 do município de Niterói.
- A atual estrutura tarifária será mantida, onde a tarifa de esgoto equivale a 100% da tarifa de água (vide Quadro 1).

**Quadro 1: Estrutura Tarifária da Águas de Niterói.**

TARIFA VIGENTE A PARTIR DA REF.: 12/2018			
TARIFA REFERENCIAL DE ÁGUA (TRA): R\$ 3,3789			
CATEGORIA	FAIXA	ÁGUA (R\$/m³)	ESGOTO (R\$/m³)
DOMICILIAR	De 0 a 15 m³	3,3789	3,3789
	De 16 a 30 m³	8,4473	8,4473
	De 31 a 45 m³	10,4746	10,4746
	De 46 a 60 m³	20,2734	20,2734
	Acima 60 m³	27,0312	27,0312
COMERCIAL	De 0 a 10 m³	11,4883	11,4883
	De 11 a 20 m³	12,5019	12,5019
	De 21 a 30 m³	20,9492	20,9492
	Acima 30 m³	22,3007	22,3007
INDUSTRIAL	De 0 a 20 m³	15,8808	15,8808
	De 21 a 30 m³	15,8808	15,8808
	De 31 a 130 m³	18,9218	18,9218
	Acima 130 m³	20,6113	20,6113
PÚBLICO	De 0 a 15 m³	4,7305	4,7305
	Acima 15 m³	10,8125	10,8125

Fonte: Águas de Niterói, 2019.

- Das informações disponíveis, têm-se que o faturamento dos serviços indiretos representa um percentual de 1,13% do faturamento de água e esgoto.

Para o cálculo do faturamento foram utilizadas as seguintes informações:

- Faturamento médio medido por economia e as projeções de demandas para o SAA e SES. Importante salientar que os histogramas de consumo não foram repassados pela concessionária, motivo pelo qual foram considerados os valores médios obtidos no histórico da concessionária.

A partir destes dados e utilizando-se das variáveis de evolução populacional, domicílios e economias, das metas de atendimento anuais com os serviços de água e esgoto, pode-se projetar ano a ano o faturamento previsto para a prestação dos serviços, conforme apresentado no Quadro 2.

A projeção anual resultou num faturamento bruto de R\$ 8.933.121.076,00 ao longo dos 20 anos projetados.

#### 1.2.1.2 Arrecadação Prevista

A arrecadação anual prevista é a diferença anual entre o valor faturado e a inadimplência.

Considerou-se a manutenção da inadimplência em 4% a.a. no Ano 1 e uma diminuição anual de 0,05% até o final de plano, resultando na arrecadação anual apresentada no Quadro 3.

A partir das premissas adotadas para a projeção da inadimplência, tem-se uma arrecadação total de R\$ 8.619.211.813,00, ou seja, uma perda no faturamento de R\$ 313.909.263 no período de estudo.



Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB

Prefeitura Municipal de Niterói

**Quadro 2: Projeção de Faturamento Anual**

FATURAMENTO																				
Ano	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20
<b>Faturamento Água</b>	224.916.835	229.708.048	233.242.078	236.680.910	240.031.122	242.141.868	244.077.784	245.898.444	247.598.274	249.175.076	250.788.621	252.117.080	253.325.853	254.408.225	255.365.884	256.380.885	257.093.000	257.687.087	258.169.259	258.539.516
<b>Fatutamento Esgoto</b>	176.681.081	180.444.768	183.220.889	185.922.227	188.553.952	190.212.026	191.732.765	193.162.965	194.498.250	195.736.890	197.004.393	198.047.950	198.997.489	199.847.736	200.600.014	201.397.338	201.956.733	202.423.411	202.802.176	203.093.028
<b>Faturamento Serviços</b>	4.520.714	4.617.015	4.688.047	4.757.166	4.824.504	4.866.929	4.905.840	4.942.434	4.976.600	5.008.293	5.040.724	5.067.425	5.091.721	5.113.476	5.132.725	5.153.126	5.167.439	5.179.380	5.189.071	5.196.513
<b>FATURAMENTO TOTAL</b>	<b>406.118.630</b>	<b>414.769.832</b>	<b>421.151.015</b>	<b>427.360.303</b>	<b>433.409.578</b>	<b>437.220.822</b>	<b>440.716.389</b>	<b>444.003.843</b>	<b>447.073.124</b>	<b>449.920.259</b>	<b>452.833.738</b>	<b>455.232.456</b>	<b>457.415.063</b>	<b>459.369.438</b>	<b>461.098.623</b>	<b>462.931.349</b>	<b>464.217.172</b>	<b>465.289.878</b>	<b>466.160.506</b>	<b>466.829.058</b>

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020.

**Quadro 3: Projeção de Arrecadamento Anual**

ARRECAÇÃO																				
Ano	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20
<b>Meta Arrecadação (%)</b>	4,00%	3,95%	3,90%	3,85%	3,80%	3,75%	3,70%	3,65%	3,60%	3,55%	3,50%	3,45%	3,40%	3,35%	3,30%	3,25%	3,20%	3,15%	3,10%	3,05%
<b>Inadimplência</b>	16.244.745	16.383.408	16.424.890	16.453.372	16.469.564	16.395.781	16.306.506	16.206.140	16.094.632	15.972.169	15.849.181	15.705.520	15.552.112	15.388.876	15.216.255	15.045.269	14.854.950	14.656.631	14.450.976	14.238.286
<b>ARRECAÇÃO TOTAL</b>	<b>389.873.885</b>	<b>398.386.423</b>	<b>404.726.126</b>	<b>410.906.932</b>	<b>416.940.014</b>	<b>420.825.042</b>	<b>424.409.883</b>	<b>427.797.703</b>	<b>430.978.491</b>	<b>433.948.090</b>	<b>436.984.558</b>	<b>439.526.936</b>	<b>441.862.951</b>	<b>443.980.562</b>	<b>445.882.368</b>	<b>447.886.080</b>	<b>449.362.222</b>	<b>450.633.246</b>	<b>451.709.531</b>	<b>452.590.772</b>

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020.

---

**1.2.2 Custos e Despesas Previstas**

conhecimento da consultoria nas despesas de exploração de empresas de saneamento, sendo que este item compõe as seguintes despesas de exploração ainda não computadas no quadro de despesas de exploração apresentado.

**1.2.2.1 Custos de Exploração e Despesas Gerais e Administrativas**

Para a projeção das despesas com exploração foram utilizados os seguintes conceitos e parâmetros, tendo como base os dados iniciais para composição das despesas fornecidos pela Concessionária Águas de Niterói e se referem ao Balanço Contábil do ano de 2018, bem como o conhecimento da consultoria nas despesas de exploração de empresas de saneamento.

Além da evolução da cobertura dos sistemas de saneamento e da projeção das demandas, os itens considerados como despesas operacionais foram:

- Taxa de Recursos Hídricos e Ambientais
- Energia Elétrica
- Materiais e Manutenção
- Recursos Humanos
- Utilização de Imóveis e Telefonia
- Equipamentos e Veículos
- Serviços Terceiros
- Outros
- Importação de Água Tratada
- Monitoramento da Qualidade

- Ônus da Concessão
- Recursos Humanos
- Utilização de Imóveis e Telefonia
- Equipamentos e Veículos
- Serviços Terceiros
- Despesas com Contencioso
- Provisões de Contingência
- Agência Reguladora de Niterói
- Outras

Com base nas premissas acima adotadas, foi realizada a projeção anual das despesas de exploração apresentada no Quadro 4, resultando num custo ao longo do período de planejamento de R\$ 6.352.827.569,00

Para calcular o item Despesas Gerais e Administrativas também foi utilizado como base o Balanço Contábil do ano de 2018 da Concessionária Águas de Niterói, bem como o

Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB

Prefeitura Municipal de Niterói

**Quadro 4: Projeção de Custos e Despesas**

CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO																				
Ano	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20
Taxa de Recursos Hídricos e Ambientais	1.309.000	1.882.474	1.882.474	2.066.280	2.263.656	2.308.066	2.308.066	2.584.392	2.584.392	2.584.392	2.584.392	2.584.392	2.584.392	2.584.392	2.584.392	2.584.392	2.584.392	2.584.392	2.584.392	2.584.392
Energia Elétrica	19.473.000	19.523.146	19.491.102	19.457.881	19.424.557	19.315.049	19.203.006	19.090.149	18.979.426	19.009.834	19.047.633	19.068.198	19.083.876	19.094.399	19.102.919	19.119.302	19.117.210	19.109.819	19.100.691	19.086.662
Materiais e Manutenção	79.856.000	80.877.477	81.443.220	81.966.215	82.450.651	82.505.328	82.664.979	82.783.603	83.024.921	83.223.763	83.432.952	83.545.815	83.618.438	83.648.821	83.800.897	83.970.753	84.041.238	84.072.660	84.230.235	84.350.732
Recursos Humanos	28.825.000	29.193.715	29.397.926	29.586.708	29.761.571	29.781.307	29.838.935	29.881.754	29.968.861	30.040.635	30.116.145	30.156.884	30.183.098	30.194.065	30.248.959	30.310.271	30.335.713	30.347.055	30.403.934	30.447.428
Utilização de Imóveis e Telefonia	1.025.000	1.025.000	1.025.000	1.025.000	1.025.000	1.025.000	1.025.000	1.025.000	1.025.000	1.025.000	1.025.000	1.025.000	1.025.000	1.025.000	1.025.000	1.025.000	1.025.000	1.025.000	1.025.000	1.025.000
Equipamentos e Veículos	4.233.000	4.287.146	4.317.135	4.344.858	4.370.537	4.373.435	4.381.898	4.388.186	4.400.978	4.411.518	4.422.607	4.428.589	4.432.439	4.434.050	4.442.111	4.451.114	4.454.851	4.456.516	4.464.869	4.471.256
Serviços Terceiros	11.613.000	11.761.548	11.843.820	11.919.877	11.990.325	11.998.277	12.021.494	12.038.744	12.073.838	12.102.754	12.133.176	12.149.589	12.160.150	12.164.568	12.186.684	12.211.385	12.221.635	12.226.205	12.249.120	12.266.643
Outros	300.000	303.837	305.963	307.928	309.747	309.953	310.553	310.998	311.905	312.652	313.438	313.862	314.135	314.249	314.820	315.458	315.723	315.841	316.433	316.886
Importação de Água Tratada	77.935.554	77.043.582	76.152.884	75.267.993	74.393.187	73.547.420	72.691.006	71.843.227	71.002.534	71.103.293	71.233.489	71.300.929	71.351.642	71.384.693	71.399.412	71.444.907	71.422.829	71.382.284	71.324.077	71.248.877
Monitoramento da Qualidade	366.000	366.000	366.000	366.000	366.000	366.000	366.000	366.000	366.000	366.000	366.000	366.000	366.000	366.000	366.000	366.000	366.000	366.000	366.000	366.000
<b>Total de Custos do Serviço Prestado</b>	<b>224.935.554</b>	<b>226.263.925</b>	<b>226.225.524</b>	<b>226.308.740</b>	<b>226.355.231</b>	<b>225.529.835</b>	<b>224.810.936</b>	<b>224.312.054</b>	<b>223.737.854</b>	<b>224.179.841</b>	<b>224.674.830</b>	<b>224.939.258</b>	<b>225.119.169</b>	<b>225.210.236</b>	<b>225.471.194</b>	<b>225.798.583</b>	<b>225.884.591</b>	<b>225.885.772</b>	<b>226.064.751</b>	<b>226.163.877</b>

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS																				
Ano	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20
Ônus da Concessão	13.129.815	13.409.509	13.615.812	13.816.559	14.012.132	14.135.349	14.248.361	14.354.644	14.453.874	14.545.922	14.640.115	14.717.665	14.788.229	14.851.414	14.907.318	14.966.571	15.008.141	15.042.822	15.070.969	15.092.583
Recursos Humanos	25.956.000	26.288.016	26.471.902	26.641.894	26.799.353	26.817.125	26.869.017	26.907.573	26.986.010	27.050.641	27.118.635	27.155.319	27.178.924	27.188.800	27.238.230	27.293.439	27.316.349	27.326.562	27.377.780	27.416.945
Utilização de Imóveis e Telefonia	1.272.000	1.272.000	1.272.000	1.272.000	1.272.000	1.272.000	1.272.000	1.272.000	1.272.000	1.272.000	1.272.000	1.272.000	1.272.000	1.272.000	1.272.000	1.272.000	1.272.000	1.272.000	1.272.000	1.272.000
Equipamentos e Veículos	1.113.000	1.127.237	1.135.122	1.142.411	1.149.163	1.149.925	1.152.150	1.153.804	1.157.167	1.159.938	1.162.854	1.164.427	1.165.439	1.165.863	1.167.982	1.170.350	1.171.332	1.171.770	1.173.966	1.175.646
Serviços Terceiros	29.898.000	30.280.440	30.492.253	30.688.062	30.869.435	30.889.906	30.949.679	30.994.091	31.084.441	31.158.887	31.237.207	31.279.463	31.306.653	31.318.028	31.374.965	31.438.559	31.464.949	31.476.713	31.535.709	31.580.823
Despesas com Contencioso	2.575.273	2.630.132	2.670.596	2.709.970	2.748.330	2.772.497	2.794.663	2.815.510	2.834.973	2.853.027	2.871.502	2.886.712	2.900.553	2.912.946	2.923.911	2.935.533	2.943.686	2.950.488	2.956.009	2.960.249
Provisões de Contingência	1.659.554	1.694.906	1.720.982	1.746.356	1.771.075	1.786.650	1.800.934	1.814.368	1.826.910	1.838.544	1.850.450	1.860.252	1.869.171	1.877.157	1.884.223	1.891.713	1.896.967	1.901.350	1.904.908	1.907.640
Agência Reguladora de Niterói	4.061.186	4.147.698	4.211.510	4.273.603	4.334.096	4.372.208	4.407.164	4.440.038	4.470.731	4.499.203	4.528.337	4.552.325	4.574.151	4.593.694	4.610.986	4.629.313	4.642.172	4.652.899	4.661.605	4.668.291
Outras	7.910.000	8.011.181	8.067.219	8.119.024	8.167.009	8.172.425	8.188.239	8.199.989	8.223.892	8.243.588	8.264.309	8.275.488	8.282.682	8.285.691	8.300.755	8.317.580	8.324.562	8.327.674	8.343.282	8.355.218
<b>total de Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>87.574.829</b>	<b>88.861.118</b>	<b>89.657.397</b>	<b>90.409.879</b>	<b>91.122.592</b>	<b>91.368.085</b>	<b>91.682.206</b>	<b>91.952.017</b>	<b>92.309.998</b>	<b>92.621.750</b>	<b>92.945.408</b>	<b>93.163.652</b>	<b>93.337.801</b>	<b>93.465.593</b>	<b>93.680.372</b>	<b>93.915.057</b>	<b>94.040.158</b>	<b>94.122.279</b>	<b>94.296.229</b>	<b>94.429.395</b>

<b>TOTAL DAS DESPESAS DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>312.510.383</b>	<b>315.125.043</b>	<b>315.882.921</b>	<b>316.718.619</b>	<b>317.477.823</b>	<b>316.897.920</b>	<b>316.493.142</b>	<b>316.264.071</b>	<b>316.047.852</b>	<b>316.801.591</b>	<b>317.620.238</b>	<b>318.102.910</b>	<b>318.456.971</b>	<b>318.675.829</b>	<b>319.151.566</b>	<b>319.713.640</b>	<b>319.924.748</b>	<b>320.008.050</b>	<b>320.360.980</b>	<b>320.593.272</b>
---	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020

**1.2.2.2 Despesas Tributárias**

Tendo em vista a faixa de faturamento projetada ao longo dos anos, efetuou-se a determinação dos valores devidos dentro do critério de Lucro Real, apresentado no Quadro 5, no qual são considerados os seguintes percentuais e critérios.

- PIS – 1,65% sobre o faturamento e COFINS – 7,6% sobre o faturamento;
- IRPJ – 15% da base até R\$ 240.000/ano e mais 10% sobre o excedente
- CSLL – 9% sobre a base.

**Quadro 5: Projeção de Despesas Tributárias**

Quadro 3: Projeção de Despesas Tributárias																					
IMPOSTOS - LUCRO REAL																					
LUCRO REAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	Total
BASE PIS/COFINS/IR	406.118.630	414.769.832	421.151.015	427.360.303	433.409.578	437.220.822	440.716.389	444.003.843	447.073.124	449.920.259	452.833.738	455.232.456	457.415.063	459.369.438	461.098.623	462.931.349	464.217.172	465.289.878	466.160.506	466.829.058	8.933.121.076
PIS (1,65%)	6.700.957	6.843.702	6.948.992	7.051.445	7.151.258	7.214.144	7.271.820	7.326.063	7.376.707	7.423.684	7.471.757	7.511.336	7.547.349	7.579.596	7.608.127	7.638.367	7.659.583	7.677.283	7.691.648	7.702.679	147.396.498
COFINS (7,6%)	30.865.016	31.522.507	32.007.477	32.479.383	32.939.128	33.228.783	33.494.446	33.744.292	33.977.557	34.193.940	34.415.364	34.597.667	34.763.545	34.912.077	35.043.495	35.182.783	35.280.505	35.362.031	35.428.198	35.479.008	678.917.202
CÁLCULO DO IR	35.880.276	37.510.924	38.968.256	40.356.184	41.716.990	42.788.015	43.760.797	44.631.358	45.471.251	46.006.698	46.543.947	47.022.049	47.472.250	47.892.882	48.219.952	48.553.904	48.824.123	49.067.198	49.219.977	49.346.873	899.253.906
BASE (Lucro Líquido)	143.617.103	150.139.698	155.969.023	161.520.736	166.963.961	171.248.061	175.139.187	178.621.434	181.981.005	184.122.794	186.271.788	188.184.196	189.985.000	191.667.529	192.975.806	194.311.616	195.392.493	196.364.792	196.975.909	197.483.493	3.598.935.623
15%	21.542.565	22.520.955	23.395.353	24.228.110	25.044.594	25.687.209	26.270.878	26.793.215	27.297.151	27.618.419	27.940.768	28.227.629	28.497.750	28.750.129	28.946.371	29.146.742	29.308.874	29.454.719	29.546.386	29.622.524	539.840.343
10%	14.337.710	14.989.970	15.572.902	16.128.074	16.672.396	17.100.806	17.489.919	17.838.143	18.174.101	18.388.279	18.603.179	18.794.420	18.974.500	19.142.753	19.273.581	19.407.162	19.515.249	19.612.479	19.673.591	19.724.349	359.413.562
CÁLCULO DA CSL (9%)	12.925.539	13.512.573	14.037.212	14.536.866	15.026.756	15.412.325	15.762.527	16.075.929	16.378.290	16.571.051	16.764.461	16.936.578	17.098.650	17.250.078	17.367.823	17.488.045	17.585.324	17.672.831	17.727.832	17.773.514	323.904.206
TOTAL IMPOSTOS	86.371.788	89.389.707	91.961.937	94.423.878	96.834.133	98.643.267	100.289.590	101.777.643	103.203.806	104.195.374	105.195.529	106.067.629	106.881.794	107.634.633	108.239.397	108.863.099	109.349.536	109.779.343	110.067.656	110.302.076	1.370.554.610

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020

### **1.2.3 Estimativas de Investimentos**

Os investimentos totais projetados para os sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e operacionais, necessários para atender as metas fixadas estão apresentados nos Quadros 6, resultando em investimentos estimados em R\$ 413.380.786,00, sendo:

- Sistema de Abastecimento de Água – R\$ 111.274.601,00
- Sistema de Esgotamento Sanitário – R\$ 302.106.185,00



Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB

Prefeitura Municipal de Niterói

Quadro 6: Cronograma de Investimentos no SAA

Descrição	Quant.	Unid.	Preço Unitário (R\$)	Total (R\$)	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20
PROGRAMA DE UNIVERSALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA																								
Evolução de Redes e Ligações Prediais de Água					258.571	172.960	99.374	33.126	40.772	47.137	102.510	41.437	154.847	192.429	173.535	98.759	39.273	45.074	87.479	113.720	35.031	46.658	94.252	39.988
Evolução da extensão de rede	13.562				876	1.515	722	8	264	419	752	95	1.135	1.801	1.508	882	243	484	582	862	196	500	651	68
Implantação de Redes de Abastecimento de Água	13.562	m	75,00	1.017.130	65.711	113.591	54.127	624	19.798	31.450	56.391	7.094	85.134	135.064	113.107	66.153	18.255	36.267	43.615	64.620	14.717	37.516	48.802	5.093
Novas Ligações	3.395			0	728	224	171	123	79	59	174	130	263	216	228	123	79	33	166	185	77	34	172	132
Novas Ligações de Águas	3.395	unid.	265,00	899.801	192.860	59.369	45.247	32.502	20.974	15.687	46.119	34.343	69.713	57.365	60.427	32.605	21.018	8.807	43.864	49.100	20.314	9.142	45.450	34.895
TOTAL DO PROGRAMA	1.916.931				258.571	172.960	99.374	33.126	40.772	47.137	102.510	41.437	154.847	192.429	173.535	98.759	39.273	45.074	87.479	113.720	35.031	46.658	94.252	39.988

Descrição	Quant.	Unid.	Preço Unitário (R\$)	Total (R\$)	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20
PROGRAMA DE MELHORIA OPERACIONAL E DA QUALIDADE DO SERVIÇO																								
Programa de Controle e Redução de Perdas					7.388.495	10.156.145	8.872.781	8.932.789	4.051.381	6.183.423	6.131.170	6.125.655	6.121.570	4.063.263	3.349.657	3.309.572	3.299.518	3.308.893	1.244.657	3.376.194	3.324.503	3.310.076	3.314.755	1.263.972
Pesquisa de Vazamentos Não Visíveis	26.473.175	m	0,85	22.502.199	1.119.270	1.120.557	1.121.171	1.121.178	1.121.402	1.121.759	1.122.398	1.122.478	1.123.443	1.124.974	1.126.256	1.127.005	1.127.212	1.127.623	1.128.118	1.128.850	1.129.017	1.129.442	1.129.995	1.130.053
Substituição Redes Antigas ou Inadequadas	263.358	m	100,00	26.335.763	2.633.576	2.633.576	2.633.576	2.633.576	2.633.576	2.633.576	2.633.576	2.633.576	2.633.576	2.633.576										
Substituição de Ramais Prediais Antigos ou Inadequados	17.855	m	110,00	1.964.023	196.402	196.402	196.402	196.402	196.402	196.402	196.402	196.402	196.402	196.402										
Susbtituição de Hidrômetros	319.471	Unid.	105,00	33.544.445	2.055.270	2.055.270	2.055.270	2.055.270	0	2.131.686	2.078.794	2.073.198	2.068.148	8.310	2.137.902	2.097.067	2.086.806	2.095.770	31.040	2.161.844	2.109.986	2.095.134	2.099.260	48.420
Recadastramento de Ligações e Caça fraude	89.274	Unid.	19,00	1.696.202	848.101	848.101																		
Atualização do Cadastro da Rede de Distribuição	263.358	m	3,50	921.752	460.876	460.876																		
Ampliação do CCO às Unidades de Bombeamento de Pequeno Porte	1	Vb	2.000.000	2.000.000	75.000	120.000	145.000	205.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	85.500	85.500	85.500	85.500	85.500	85.500	85.500	85.500	85.500	85.500
Potência de 30 cv	15	Unid.	5.000,00	75.000	75.000																			
Potência entre 20 e 30 cv	24	Unid.	5.000,00	120.000		120.000																		
Potência entre 15 e 20 cv	29	Unid.	5.000,00	145.000			145.000																	
Potência entre 10 e 15 cv	41	Unid.	5.000,00	205.000				205.000																
Potência entre 5 e 10 cv	120	Unid.	5.000,00	600.000					100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000										
Potência entre 1 e 5 cv	151	Unid.	5.000,00	755.000											75.500	75.500	75.500	75.500	75.500	75.500	75.500	75.500	75.500	75.500
Potência até 1 cv	20	Unid.	5.000,00	100.000											10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000
Implantação Distritos de Medição e Controle	526.715	m	15,50	8.164.087		2.721.362	2.721.362	2.721.362																
Programa de Eficiência Energética					105.000	144.000	101.500	131.200	55.000	55.000	55.000	55.000	55.000	55.000	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750
Substituir o acionamento dos CMBs de Pequeno Porte	1	Vb	1.229.200	1.229.200	105.000	144.000	101.500	131.200	55.000	55.000	55.000	55.000	55.000	55.000	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750
Potência de 30 cv	15	Unid.	7.000	105.000	105.000																			
Potência entre 20 e 30 cv	24	Unid.	6.000	144.000		144.000																		
Potência entre 15 e 20 cv	29	Unid.	3.500	101.500			101.500																	
Potência entre 10 e 15 cv	41	Unid.	3.200	131.200				131.200																
Potência entre 5 e 10 cv	120	Unid.	2.750	330.000					55.000	55.000	55.000	55.000	55.000	55.000										
Potência entre 1 e 5 cv	151	Unid.	2.500	377.500											37.750	37.750	37.750	37.750	37.750	37.750	37.750	37.750	37.750	37.750
Potência até 1 cv	20	Unid.	2.000	40.000											4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000
TOTAL DO PROGRAMA	98.357.670				7.493.495	10.300.145	8.974.281	9.063.989	4.106.381	6.238.423	6.186.170	6.180.655	6.176.570	4.118.263	3.391.407	3.351.322	3.341.268	3.350.643	1.286.407	3.417.944	3.366.253	3.351.826	3.356.505	1.305.722
PROGRAMA DE MELHORIA ORGANIZACIONAL E GERENCIAL					550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000
Programa de Gestão Comercial nas Comunidades	1	Vb	6.000.000	6.000.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000
Programa de Educação Ambiental e Sustentabilidade	1	Vb	5.000.000	5.000.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000
TOTAL DO PROGRAMA	11.000.000				550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000

TOTAL DO CAPEX - SAA	111.274.601				8.302.066	11.023.105	9.623.656	9.647.115	4.697.153	6.835.560	6.838.680	6.772.092	6.881.416	4.860.691	4.114.942	4.000.081	3.930.541	3.945.717	1.923.886	4.081.664	3.951.284	3.948.484	4.000.757	1.895.711
----------------------	-------------	--	--	--	-----------	------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020

Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB

Prefeitura Municipal de Niterói

Quadro 7: Cronograma de Investimentos no SES

Descrição	Quant.	Unid.	Preço Unitário (R\$)	Total (R\$)	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20
PROGRAMA DE UNIVERSALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO																								
Programa de Coleta e Tratamento da Bacia de Esgotamento Badu					0	0	750.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Implantação da Estação Elevatória Final	1	Unid.	750.000	750.000			750.000																	
Programa de Universalização do SES nas Comunidades					3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800
Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário em Comunidades	35538	Unid.	2.000	71.076.000	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800	3.553.800
Evolução de Redes e Ligações Prediais de Esgoto					10.310.465	8.514.723	4.680.411	4.503.699	4.345.056	587.853	1.056.800	873.021	1.425.703	1.238.137	1.285.159	853.391	672.501	482.837	1.033.705	1.113.698	667.166	489.242	1.062.915	893.704
Implantação de Redes Coletoras	104.278	m	380,00	39.625.710	8.659.213	7.162.860	3.963.183	3.816.907	3.685.642	547.353	939.350	785.946	1.248.178	1.091.662	1.131.259	770.366	619.176	460.562	921.655	988.823	615.191	466.292	946.815	805.279
Novas Ligações	9.577	unid.	675,00	6.464.475	1.651.253	1.351.863	717.228	686.792	659.414	40.500	117.450	87.075	177.525	146.475	153.900	83.025	53.325	22.275	112.050	124.875	51.975	22.950	116.100	88.425
TOTAL DO PROGRAMA	117.916.185				13.864.265	12.068.523	8.984.211	8.057.499	7.898.856	4.141.653	4.610.600	4.426.821	4.979.503	4.791.937	4.838.959	4.407.191	4.226.301	4.036.637	4.587.505	4.667.498	4.220.966	4.043.042	4.616.715	4.447.504

Descrição	Quant.	Unid.	Preço Unitário (R\$)	Total (R\$)	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20
PROGRAMA DE MELHORIA OPERACIONAL E DA QUALIDADE DO SERVIÇO																								
Projetos Educacionais de Sustentabilidade																								
Projeto Se Liga	1	VG	5.000.000	5.000.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	
Projeto de otimização da ETE Icaraí	1	VG	2.000.000	2.000.000				1.000.000	1.000.000															
Implantação de tratamento secundário da ETE Icaraí	1100	L/s	150.000	165.000.000							41.250.000	41.250.000	41.250.000	41.250.000										
Programa de Otimização das Estações Elevatórias de Esgoto	212	unid.	50.000	10.600.000	530.000	530.000	530.000	530.000	530.000	530.000	530.000	530.000	530.000	530.000	530.000	530.000	530.000	530.000	530.000	530.000	530.000	530.000	530.000	
Programa de Eficiência Energética	212	unid.	6.000	1.272.000	63.600	63.600	63.600	63.600	63.600	63.600	63.600	63.600	63.600	63.600	63.600	63.600	63.600	63.600	63.600	63.600	63.600	63.600	63.600	
Projeto Centro de Controle e Operação do SES	212	unid.	1.500	318.000	79.500	79.500	79.500	79.500																
TOTAL DO PROGRAMA	184.190.000				923.100	923.100	923.100	1.923.100	1.843.600	843.600	42.093.600	42.093.600	42.093.600	42.093.600	843.600	843.600	843.600	843.600	843.600	843.600	843.600	843.600	843.600	

TOTAL DO CAPEX - SES	302.106.185				14.787.365	12.991.623	9.907.311	9.980.599	9.742.456	4.985.253	46.704.200	46.520.421	47.073.103	46.885.537	5.682.559	5.250.791	5.069.901	4.880.237	5.431.105	5.511.098	5.064.566	4.886.642	5.460.315	5.291.104
----------------------	-------------	--	--	--	------------	------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	------------	------------	------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020

**1.2.4 Demonstrativo de Resultado**

A partir dos dados calculados e apresentados nos itens anteriores pode-se montar o Demonstrativo de Resultado - DRE, apresentado no Quadro 8.

**Quadro 8: Demonstrativo de Resultado**

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO																					
DRE	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	Total
1. Receita Bruta	406.118.630	414.769.832	421.151.015	427.360.303	433.409.578	437.220.822	440.716.389	444.003.843	447.073.124	449.920.259	452.833.738	455.232.456	457.415.063	459.369.438	461.098.623	462.931.349	464.217.172	465.289.878	466.160.506	466.829.058	8.933.121.076
1.1. Faturamento Água	224.916.835	229.708.048	233.242.078	236.680.910	240.031.122	242.141.868	244.077.784	245.898.444	247.598.274	249.175.076	250.788.621	252.117.080	253.325.853	254.408.225	255.365.884	256.380.885	257.093.000	257.687.087	258.169.259	258.539.516	4.947.345.850
1.2. Faturamento Esgoto	176.681.081	180.444.768	183.220.889	185.922.227	188.553.952	190.212.026	191.732.765	193.162.965	194.498.250	195.736.890	197.004.393	198.047.950	198.997.489	199.847.736	200.600.014	201.397.338	201.956.733	202.423.411	202.802.176	203.093.028	3.886.336.084
1.3. Faturamento Serviços	4.520.714	4.617.015	4.688.047	4.757.166	4.824.504	4.866.929	4.905.840	4.942.434	4.976.600	5.008.293	5.040.724	5.067.425	5.091.721	5.113.476	5.132.725	5.153.126	5.167.439	5.179.380	5.189.071	5.196.513	99.439.142
2. Impostos - PIS/COFINS	37.565.973	38.366.209	38.956.469	39.530.828	40.090.386	40.442.926	40.766.266	41.070.355	41.354.264	41.617.624	41.887.121	42.109.002	42.310.893	42.491.673	42.651.623	42.821.150	42.940.088	43.039.314	43.119.847	43.181.688	826.313.700
3. Receita Líquida	368.552.657	376.403.622	382.194.546	387.829.475	393.319.192	396.777.896	399.950.123	402.933.487	405.718.860	408.302.635	410.946.618	413.123.453	415.104.170	416.877.765	418.447.000	420.110.199	421.277.083	422.250.564	423.040.659	423.647.370	8.106.807.377
4. Custo do Serviço Prestado	224.935.554	226.263.925	226.225.524	226.308.740	226.355.231	225.529.835	224.810.936	224.312.054	223.737.854	224.179.841	224.674.830	224.939.258	225.119.169	225.210.236	225.471.194	225.798.583	225.884.591	225.885.772	226.064.751	226.163.877	4.507.871.754
5. Despesas Gerais e Administrativas	87.574.829	88.861.118	89.657.397	90.409.879	91.122.592	91.368.085	91.682.206	91.952.017	92.309.998	92.621.750	92.945.408	93.163.652	93.337.801	93.465.593	93.680.372	93.915.057	94.040.158	94.122.279	94.296.229	94.429.395	1.844.955.815
6. EBTIDA	143.617.103	150.139.698	155.969.023	161.520.736	166.963.961	171.248.061	175.139.187	178.621.434	181.981.005	184.122.794	186.271.788	188.184.196	189.985.000	191.667.529	192.975.806	194.311.616	195.392.493	196.364.792	196.975.909	197.483.493	3.598.935.623
7. Resultado antes do IR e CSL	143.617.103	150.139.698	155.969.023	161.520.736	166.963.961	171.248.061	175.139.187	178.621.434	181.981.005	184.122.794	186.271.788	188.184.196	189.985.000	191.667.529	192.975.806	194.311.616	195.392.493	196.364.792	196.975.909	197.483.493	3.598.935.623
7.1. Imposto de Renda	35.880.276	37.510.924	38.968.256	40.356.184	41.716.990	42.788.015	43.760.797	44.631.358	45.471.251	46.006.698	46.543.947	47.022.049	47.472.250	47.892.882	48.219.952	48.553.904	48.824.123	49.067.198	49.219.977	49.346.873	899.253.906
7.2. CSL sobre o Lucro	12.925.539	13.512.573	14.037.212	14.536.866	15.026.756	15.412.325	15.762.527	16.075.929	16.378.290	16.571.051	16.764.461	16.936.578	17.098.650	17.250.078	17.367.823	17.488.045	17.585.324	17.672.831	17.727.832	17.773.514	323.904.206
8. Lucro Líquido	94.811.288	99.116.200	102.963.555	106.627.686	110.220.214	113.047.720	115.615.864	117.914.146	120.131.463	121.545.044	122.963.380	124.225.569	125.414.100	126.524.569	127.388.032	128.269.667	128.983.045	129.624.763	130.028.100	130.363.106	2.375.777.511

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020

**1.2.5 Fluxo de Caixa**

O Fluxo de Caixa está apresentado no Quadro 9, sem utilização de possível financiamento.

**Quadro 9: Fluxo de Caixa**

FLUXO DE CAIXA																					
FLUXO DE CAIXA	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	TOTAL
1. ENTRADAS																					
1.1. RECEITAS	422.363.376	431.153.240	437.575.905	443.813.675	449.879.142	453.616.603	457.022.896	460.209.983	463.167.756	465.892.428	468.682.919	470.937.975	472.967.175	474.758.314	476.314.878	477.976.618	479.072.121	479.946.509	480.611.482	481.067.344	9.247.030.339
1.1.1. Receita de Água	224.916.835	229.708.048	233.242.078	236.680.910	240.031.122	242.141.868	244.077.784	245.898.444	247.598.274	249.175.076	250.788.621	252.117.080	253.325.853	254.408.225	255.365.884	256.380.885	257.093.000	257.687.087	258.169.259	258.539.516	4.947.345.850
1.1.2. Receita de Esgoto	176.681.081	180.444.768	183.220.889	185.922.227	188.553.952	190.212.026	191.732.765	193.162.965	194.498.250	195.736.890	197.004.393	198.047.950	198.997.489	199.847.736	200.600.014	201.397.338	201.956.733	202.423.411	202.802.176	203.093.028	3.886.336.084
1.1.3. Receita Serviços	4.520.714	4.617.015	4.688.047	4.757.166	4.824.504	4.866.929	4.905.840	4.942.434	4.976.600	5.008.293	5.040.724	5.067.425	5.091.721	5.113.476	5.132.725	5.153.126	5.167.439	5.179.380	5.189.071	5.196.513	99.439.142
1.1.4. Perda de Receita - Inadimplência	16.244.745	16.383.408	16.424.890	16.453.372	16.469.564	16.395.781	16.306.506	16.206.140	16.094.632	15.972.169	15.849.181	15.705.520	15.552.112	15.388.876	15.216.255	15.045.269	14.854.950	14.656.631	14.450.976	14.238.286	313.909.263
2. SAÍDAS																					
2.1. SAÍDAS OPERACIONAIS	350.076.356	353.491.253	354.839.390	356.249.447	357.568.209	357.340.846	357.259.408	357.334.427	357.402.116	358.419.215	359.507.359	360.211.912	360.767.864	361.167.502	361.803.188	362.534.790	362.864.837	363.047.364	363.480.826	363.774.959	7.179.141.268
2.1.1. Custos e Despesas	312.510.383	315.125.043	315.882.921	316.718.619	317.477.823	316.897.920	316.493.142	316.264.071	316.047.852	316.801.591	317.620.238	318.102.910	318.456.971	318.675.829	319.151.566	319.713.640	319.924.748	320.008.050	320.360.980	320.593.272	6.352.827.569
2.1.2. Impostos e Encargos	37.565.973	38.366.209	38.956.469	39.530.828	40.090.386	40.442.926	40.766.266	41.070.355	41.354.264	41.617.624	41.887.121	42.109.002	42.310.893	42.491.673	42.651.623	42.821.150	42.940.088	43.039.314	43.119.847	43.181.688	826.313.700
2.2. INVESTIMENTOS	23.089.431	24.014.728	19.530.967	19.627.714	14.439.608	11.820.813	53.542.880	53.292.512	53.954.519	51.746.228	9.797.500	9.250.872	9.000.442	8.825.954	7.354.991	9.592.763	9.015.850	8.835.126	9.461.072	7.186.815	413.380.786
2.2.1. Água	8.302.066	11.023.105	9.623.656	9.647.115	4.697.153	6.835.560	6.838.680	6.772.092	6.881.416	4.860.691	4.114.942	4.000.081	3.930.541	3.945.717	1.923.886	4.081.664	3.951.284	3.948.484	4.000.757	1.895.711	111.274.601
2.2.2. Esgoto	14.787.365	12.991.623	9.907.311	9.980.599	9.742.456	4.985.253	46.704.200	46.520.421	47.073.103	46.885.537	5.682.559	5.250.791	5.069.901	4.880.237	5.431.105	5.511.098	5.064.566	4.886.642	5.460.315	5.291.104	302.106.185
2.3. DESEMBOLSOS SOBRE O LUCRO	48.805.815	51.023.497	53.005.468	54.893.050	56.743.747	58.200.341	59.523.324	60.707.287	61.849.542	62.577.750	63.308.408	63.958.627	64.570.900	65.142.960	65.587.774	66.041.949	66.409.448	66.740.029	66.947.809	67.120.388	1.223.158.112
2.3.1. IRPJ	35.880.276	37.510.924	38.968.256	40.356.184	41.716.990	42.788.015	43.760.797	44.631.358	45.471.251	46.006.698	46.543.947	47.022.049	47.472.250	47.892.882	48.219.952	48.553.904	48.824.123	49.067.198	49.219.977	49.346.873	899.253.906
2.3.2. CSLL	12.925.539	13.512.573	14.037.212	14.536.866	15.026.756	15.412.325	15.762.527	16.075.929	16.378.290	16.571.051	16.764.461	16.936.578	17.098.650	17.250.078	17.367.823	17.488.045	17.585.324	17.672.831	17.727.832	17.773.514	323.904.206
3. SALDO DO CAIXA	391.773	2.623.763	10.200.081	13.043.464	21.127.578	26.254.604	-13.302.716	-11.124.243	-10.038.421	-6.850.765	36.069.652	37.516.565	38.627.969	39.621.898	41.568.924	39.807.116	40.781.987	41.323.989	40.721.775	42.985.182	431.350.174
4. SALDO DO CAIXA ACUMULADO	391.773	3.015.536	13.215.616	26.259.081	47.386.659	73.641.262	60.338.546	49.214.303	39.175.882	32.325.117	68.394.769	105.911.334	144.539.303	184.161.201	225.730.125	265.537.240	306.319.227	347.643.217	388.364.991	431.350.174	

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020

#### **1.2.6 Indicador Econômico-Financeiro do Plano Municipal de Saneamento Básico**

Tendo em vista que esta modelagem econômico-financeira tem como o objetivo de apresentar a viabilidade do PMSB de Niterói, neste caso, para os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, reitera-se que não foram considerados os investimentos realizados pela concessão da Águas de Niterói nas últimas duas décadas. Desta maneira, pode-se concluir apenas a viabilidade da implantação do PMSB ao longo dos 20 anos projetados.

Como a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário estão praticamente universalizados no município, tem-se um cenário de baixos investimentos ao longo dos anos e altos índices de arrecadação. Diante disso, não foi possível calcular a TIR, que por sua vez atingiu um valor muito alto, não sendo usual para a análise da viabilidade econômico-financeira de um modelo de negócio, neste caso, o PMSB de Niterói.

Para o presente estudo, foi considerada uma Taxa Mínima de Atratividade – TMA de 8%. Esta taxa foi determinada com base na determinação do custo médio ponderado de capital exposto pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, amplamente usada no setor saneamento.

Considerando-se esta TMA, tem-se um Valor Presente Líquido – VPL positivo, o qual resultou em R\$ 152.059.819,92 no estudo. O resultado apresentado demonstra viabilidade do projeto, ou seja, os investimentos previstos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário realizados resultarão em retorno financeiro positivo.



### 1.3 ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA – SISTEMA DE DRENAGEM URBANA

A gestão e operacionalização do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais no município de Niterói é atualmente realizada pela própria Administração Municipal através de suas secretarias municipais e outros órgãos públicos correlatos. Destaca-se principalmente a atuação da SECONSER ligada a este sistema, sendo a gestora da operação dos sistemas existentes. Tendo em vista que o objetivo do horizonte de planejamento é manter o atual modelo de gestão e operação foi realizado um estudo de viabilidade considerando esta alternativa, ou seja, a gestão e operacionalização do sistema pela Administração Direta.

Diferentemente dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta dos resíduos sólidos urbanos onde existe uma estrutura tarifária e/ou taxas específicas para cobrir as despesas operacionais dos sistemas, não há uma taxa específica para o sistema de drenagem para cobrir as despesas operacionais e os investimentos necessários. No geral, as despesas e investimentos deste sistema são cobertos pelo caixa único da Administração Municipal anualmente, que destina os valores conforme a Lei orçamentária anual das secretarias atuantes e/ou dos projetos e obras a serem realizados.

Desta forma, para definir qual o valor necessário para cobrir as despesas, bem como os investimentos necessários, o estudo de viabilidade foi realizado de maneira inversa aos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, por exemplo onde foram primeiramente levantadas as despesas operacionais e os investimentos necessários ao longo dos próximos 20 anos (definidas neste Plano), sendo então definida uma taxa de contribuição por domicílio à drenagem urbana para cobrir estas saídas financeiras ao longo do tempo.

Os dados dos domicílios (edificações) foram obtidos da projeção anual de economias obtida do estudo demográfico realizado no PMSB ao longo dos 20 anos de horizonte de planejamento. Assim, a provável arrecadação da taxa de contribuição para a drenagem

urbana resultou em um valor (R\$) anual por domicílio, análogo às economias de água e/ou esgoto previstas.

Salienta-se que atualmente não há nenhum tipo de taxa no município existente que seja diretamente vinculada ao sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais. Porém, o PMSB abordou sugestões para que o município possa desenvolver e/ou criar mecanismos de arrecadação específica para este sistema.

É importante informar que a Lei Federal do Saneamento Básico – Lei nº 11.445/2007 estabelece (Art. 2º) que os serviços públicos de saneamento básico devem ser prestado com base no princípio de eficiência e sustentabilidade econômica (Item VII), o que deve ser observado inclusive para o sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais. A Lei também dá diretrizes para subsídios e vincula o pagamento dos serviços à capacidade de pagamento dos usuários, bem como dá possibilidade de se considerar as questões de populações baixa renda. Todos esses aspectos deverão então ser observados para fins de criação ou implementação de quaisquer taxas de contribuição específicas para a drenagem urbana.

Apesar de pouco usual, alguns municípios do país já estabeleceram mecanismos de pagamentos pelos serviços de drenagem urbana, porém o tema ainda é muito incipiente e complicado na realidade nacional. Niterói por ter diversas áreas com comunidades também deverá levar isso em consideração e poderá criar outros mecanismos que possam incentivar e/ou garantir custeio do sistema, como a definição de percentuais de outros orçamentos e arrecadações para a operação do sistema. A ideia é: não há uma só concepção, estudo ou modalidade para isso, mas é fato que o sistema deve ser objeto de um olhar econômico e não apenas ser sustentado pelo caixa único da Prefeitura, uma vez que a drenagem urbana é um serviço de saneamento como os demais.

### **1.3.1 Despesas Operacionais**

Para determinar as despesas com a gestão e/ou operação do sistema de drenagem urbana e manejo de águas foram utilizados os seguintes dados, conceitos e parâmetros.

- Custos operacionais principais.
- Custos aliados à gestão organizacional (pessoal).
- Execução de programas permanentes específicos e/ou previstos ao longo do tempo.

A projeção anual desses custos é apresentada a seguir para o horizonte de Planejamento.

Quadro 10: Despesas Operacionais para o Sistema de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais.																								
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20
DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM																								
Custos Operacionais	Quant.	Unid.	Preço Unitário (R\$)	Total (R\$)																				
Combustível e Manutenção de 03 Retroscavadeiras (Anos 1, 3 e 8)	264.000	km	1,00	264.000	13200	13200	26400	26400	26400	26400	26400	39600	39600	39600	39600	39600	39600	39600	39600	39600	39600	39600	39600	39600
Combustível e Manutenção de 04 Caminhões Caçamba (Anos 1, 3 e 8)	264.000	km	0,90	237.600	23760	23760	39600	39600	39600	39600	39600	47520	47520	47520	47520	47520	47520	47520	47520	47520	47520	47520	47520	47520
Combustível e Manutenção de 04 Caminhões Hidrojato (Anos 1, 3 e 8)	264.000	km	0,90	237.600	23760	23760	35640	35640	35640	35640	35640	47520	47520	47520	47520	47520	47520	47520	47520	47520	47520	47520	47520	47520
Combustível e Manutenção de 03 veículos de Apoio (Anos 1, e 3)	264.000	km	0,70	184.800	9240	9240	27720	27720	27720	27720	27720	27720	27720	27720	27720	27720	27720	27720	27720	27720	27720	27720	27720	27720
Outros Veículos e/ou Equipamentos	264.000	km	0,90	237.600	201960	201960	201960	201960	201960	201960	201960	201960	201960	201960	201960	201960	201960	201960	201960	201960	201960	201960	201960	201960
Vistoria Autônoma de Redes de Microdrenagem	20.000	m	1.000	20.000.000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
SUB-TOTAL	6.956.600				272.920	272.920	332.320	332.320	332.320	332.320	332.320	365.320	365.320	365.320	365.320	365.320	365.320	365.320	365.320	365.320	365.320	365.320	365.320	365.320
MELHORIAS OPERACIONAIS																								
Custos com Pessoal (Projeto da Zeladoria)	Quant.	Unid.	Preço Unit. (R\$)	Total (R\$)																				
02 Encarregados (01 por setor) Todo Horizonte	20	Ano	48.000	960.000	48.000	48.000	48.000	48.000	48.000	48.000	48.000	48.000	48.000	48.000	48.000	48.000	48.000	48.000	48.000	48.000	48.000	48.000	48.000	48.000
20 Funcionários (Equipes de 10 por setor) Todo Horizonte	20	Ano	239.520	4.790.400	239.520	239.520	239.520	239.520	239.520	239.520	239.520	239.520	239.520	239.520	239.520	239.520	239.520	239.520	239.520	239.520	239.520	239.520	239.520	239.520
SUB-TOTAL	5.750.400				287.520	287.520	287.520	287.520	287.520	287.520	287.520	287.520	287.520	287.520	287.520	287.520	287.520	287.520	287.520	287.520	287.520	287.520	287.520	287.520
MELHORIAS GERENCIAIS																								
Custos com Outros Programas Específicos	Quant.	Unid.	Preço Unitário (R\$)	Total (R\$)																				
Programa de Educação Ambiental para Drenagem urbana	20	Ano	250.000	5.000.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000
Programa de Capacitação de Profissionais ligados ao Sistema de Drenagem	20	Ano	30.000	600.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000
SUB-TOTAL	5.600.000				280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000
TOTAL	18.307.000				840.440	840.440	899.840	899.840	899.840	899.840	899.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020.

### 1.3.2 Investimentos

Os investimentos relativos ao sistema de drenagem urbana e manejo das águas pluviais urbanas contemplaram os principais projetos e programas previstos no PMSB. Foram categorizados neste item, por exemplo, a aquisição de veículos e equipamentos, a implantação gradual de dispositivos de drenagem urbana (conforme as projeções anuais de demandas) em vias pavimentadas sem sistema e/ou com sistema deficiente e o custeio de projetos específicos vinculados à gestão e/ou melhorias operacionais.

Importante salientar que a previsão de custeio para a implantação de dispositivos de microdrenagem urbana depende dos projetos executivos de cada bacia e/ou via. Tendo isso em vista adotou-se um custo de metro de rede instalada considerando valores convencionais médios para obras de microdrenagem e que os valores poderão variar conforme cada alternativa de projeto local, concepções, materiais a serem utilizados e até mesmo as técnicas de construção.

O valor arbitrado foi o assentamento de tubos simples de concreto com diâmetro nominal de 60 mm (DN 60) que são comumente usados nesse tipo de infraestrutura. O incremento de rede não foi considerado, apenas a metragem até alcance da disponibilidade universal considerando-se a metragem das vias existentes.

Os projetos vinculados ao Pró Sustentável (Região Oceânica) não foram contabilizados neste estudo econômico justificando-se que já possuem orçamento próprio, programa e fontes de recurso próprios e de outras fontes. Além de que os possíveis orçamentos variarão muito em função das técnicas e concepções a serem empregadas. O custeio para os programas da Defesa Civil também não foi contabilizado, tendo em vista suas ações serem muito mais abrangentes que apenas com a problemática da drenagem urbana

Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB

Prefeitura Municipal de Niterói

**Quadro 11: Investimentos Previstos para o Sistema de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais.**

INVESTIMENTOS	Quant.	Unid.	Preço Unit. (R\$)	Total (R\$)	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20
DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM																								
Requalificação da Área Urbana Central (Aprox. 100.000 m²)	10.000.000	Unid.	10.000.000	10.000.000	3.333.333	3.333.333	3.333.333																	
Implantação de Dispositivos de drenagem urbana (arbitrado DN 60)	244892	m	100	24.489.200		27.540	28.366	29.217	30.093	30.996	31.926	32.884	33.870											
SUB-TOTAL	10.244.892				3.333.333	3.360.873	3.361.699	29.217	30.093	30.996	31.926	32.884	33.870	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MELHORIAS OPERACIONAIS																								
Projeto de Cadastro da Rede de Drenagem Existente	918000	m	20	18.360.000	183.600	183.600	183.600	183.600	183.600															
Aquisição de Retroescavadeira 03 unid. (Anos 1, 3 e 8)	3	Unid.	280.000	840.000	280.000		280.000					280.000												
Aquisição Caminhões Caçamba 04 unid. (Anos 1, 3 e 8)	4	Unid.	190.000	760.000	380.000		190.000					190.000												
Aquisição Caminhões Hidrojato 04 unid. (Anos 1, 3 e 8)	4	Unid.	285.000	1.140.000	570.000		285.000					285.000												
Aquisição Veículos de apoio 03 unid. (Anos 1, e 3)	3	Unid.	45.000	135.000	45.000		90.000																	
Outros Veículos e/ou Equipamentos	17	Unid.	200.000	3.400.000	3.400.000																			
SUB-TOTAL	7.193.000				4.858.600	183.600	1.028.600	183.600	183.600	0	0	755.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MELHORIAS GERENCIAIS																								
Manual de Diretrizes de Projeto	300.000	Unid.	300.000	300.000	100.000	100.000	100.000																	
SUB-TOTAL	300.000				100.000	100.000	100.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	17.737.892				8.291.933	3.644.473	4.490.299	212.817	213.693	30.996	31.926	787.884	33.870	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020.



### **1.3.3 Receitas**

Com base nas despesas operacionais principais e nos investimentos necessários para o adequado manejo da drenagem urbana ao longo dos 20 anos de planejamento, definiu-se o faturamento necessário para suprir estas saídas financeiras. Como não existe ainda no município uma cobrança pelos serviços de drenagem urbana, foi considerado um valor de contribuição para cada domicílio visando suprir as despesas operacionais e os investimentos necessários.

Foi considerado um índice de inadimplência ao longo do período, bem como recuperação de receita nos anos seguintes. No Quadro 12 está demonstrada a taxa de contribuição para a drenagem urbana necessária para cobrir todas as despesas e investimentos, bem como o faturamento anual ao longo dos 20 anos de planejamento.

Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB

Prefeitura Municipal de Niterói

**Quadro 12: Previsão de Faturamento para o Sistema de Drenagem Urbana através de Contribuição por Domicílios.**

ITEM	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
Número de Economias de Água (Edificações)	<b>212.472</b>	<b>214.795</b>	<b>216.998</b>	<b>219.091</b>	<b>221.081</b>	<b>223.025</b>	<b>224.808</b>	<b>226.485</b>	<b>228.051</b>	<b>229.503</b>
Taxa de Contribuição (R\$/Residência.ano)	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>
Faturamento Total	6.374.160	6.443.850	6.509.940	6.572.730	6.632.430	6.690.750	6.744.240	6.794.550	6.841.530	6.885.090
Inadimplência - %	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%
Inadimplência - R\$	956.124	966.578	976.491	985.910	994.865	1.003.613	1.011.636	1.019.183	1.026.230	1.032.764
Recuperação de Receita - R\$	0	478.062	483.289	488.246	492.955	497.432	501.806	505.818	509.591	513.115
<b>Arrecadação Total</b>	<b>R\$ 5.418.036,00</b>	<b>R\$ 5.955.334,50</b>	<b>R\$ 6.016.737,75</b>	<b>R\$ 6.075.066,00</b>	<b>R\$ 6.130.520,25</b>	<b>R\$ 6.184.569,75</b>	<b>R\$ 6.234.410,25</b>	<b>R\$ 6.281.185,50</b>	<b>R\$ 6.324.891,75</b>	<b>R\$ 6.365.441,25</b>
<b>Arrecadação Necessária - R\$</b>	R\$ 9.132.373,33	R\$ 4.484.913,33	R\$ 5.390.139,33	R\$ 1.112.657,00	R\$ 1.113.533,00	R\$ 930.836,00	R\$ 931.766,00	R\$ 1.720.724,00	R\$ 966.710,00	R\$ 932.840,00

ITEM	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20
Número de Economias de Água (Edificações)	<b>230.989,00</b>	<b>232.213,00</b>	<b>233.326,00</b>	<b>234.323,00</b>	<b>235.205,00</b>	<b>236.140,00</b>	<b>136.796,00</b>	<b>237.343,00</b>	<b>237.787,00</b>	<b>238.128,00</b>
Taxa de Contribuição (R\$/Residência.ano)	<b>30,00</b>	<b>30,00</b>	<b>30,00</b>	<b>30,00</b>	<b>30,00</b>	<b>30,00</b>	<b>30,00</b>	<b>30,00</b>	<b>30,00</b>	<b>30,00</b>
Faturamento Total	6.929.670,00	6.966.390,00	6.999.780,00	7.029.690,00	7.056.150,00	7.084.200,00	4.103.880,00	7.120.290,00	7.133.610,00	7.143.840,00
Inadimplência - %	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%
Inadimplência - R\$	1.039.450,50	1.044.958,50	1.049.967,00	1.054.453,50	1.058.422,50	1.062.630,00	615.582,00	1.068.043,50	1.070.041,50	1.071.576,00
Recuperação de Receita - R\$	516.381,75	519.725,25	522.479,25	524.983,50	527.226,75	529.211,25	531.315,00	307.791,00	534.021,75	535.020,75
<b>Arrecadação Total</b>	<b>R\$ 6.406.601,25</b>	<b>R\$ 6.441.156,75</b>	<b>R\$ 6.472.292,25</b>	<b>R\$ 6.500.220,00</b>	<b>R\$ 6.524.954,25</b>	<b>R\$ 6.550.781,25</b>	<b>R\$ 4.019.613,00</b>	<b>R\$ 6.360.037,50</b>	<b>R\$ 6.597.590,25</b>	<b>R\$ 6.607.284,75</b>
<b>Arrecadação Necessária - R\$</b>	R\$ 932.840,00	R\$ 932.840,00	R\$ 932.840,00	R\$ 932.840,00	R\$ 932.840,00	R\$ 932.840,00	R\$ 932.840,00	R\$ 932.840,00	R\$ 932.840,00	R\$ 932.840,00

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020.

#### **1.3.4 Demonstrativo de Resultado**

A partir dos dados calculados e apresentados nos itens anteriores pode-se montar o Demonstrativo de Resultado – DRE da gestão da drenagem urbana e do manejo das águas pluviais para o município de Niterói o qual é apresentado no Quadro 13.

#### **1.3.5 Fluxo de Caixa**

O fluxo de caixa da gestão da drenagem urbana e do manejo das águas pluviais está apresentado no Quadro 14. Salienta-se que a possível cobrança e/ou contribuição por domicílios ao sistema demonstra que haverá garantia de custeio dos principais projetos e programas previstos, bem como das principais atividades de manutenção e operação do sistema sem a necessidade de utilização de financiamento e/ou utilização única dos recursos advindos do caixa geral da Prefeitura.

Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB

Prefeitura Municipal de Niterói

**Quadro 13: Demonstrativo de Resultados para a Drenagem Urbana.**

DRE	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	TOTAL
<b>1. Receita Bruta</b>	<b>4.461.912</b>	<b>5.466.819</b>	<b>5.523.536</b>	<b>5.577.402</b>	<b>5.628.611</b>	<b>5.678.390</b>	<b>5.724.581</b>	<b>5.767.821</b>	<b>5.808.254</b>	<b>5.845.793</b>	<b>5.883.533</b>	<b>5.915.924</b>	<b>5.944.805</b>	<b>5.970.750</b>	<b>5.993.759</b>	<b>6.017.363</b>	<b>3.935.346</b>	<b>5.599.785</b>	<b>6.061.571</b>	<b>6.070.730</b>	<b>112.876.679</b>
1.1. Faturamento	5.418.036	5.955.335	6.016.738	6.075.066	6.130.520	6.184.570	6.234.410	6.281.186	6.324.892	6.365.441	6.406.601	6.441.157	6.472.292	6.500.220	6.524.954	6.550.781	4.019.613	6.360.038	6.597.590	6.607.285	123.466.724
1.2. Perda de Receita - Inadimplência	956.124	966.578	976.491	985.910	994.865	1.003.613	1.011.636	1.019.183	1.026.230	1.032.764	1.039.451	1.044.959	1.049.967	1.054.454	1.058.423	1.062.630	615.582	1.068.044	1.070.042	1.071.576	20.108.516
1.3. Recuperação de Receita	0	478.062	483.289	488.246	492.955	497.432	501.806	505.818	509.591	513.115	516.382	519.725	522.479	524.984	527.227	529.211	531.315	307.791	534.022	535.021	9.518.470
<b>2. Impostos - PIS/COFINS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Receita Líquida</b>	<b>4.461.912</b>	<b>5.466.819</b>	<b>5.523.536</b>	<b>5.577.402</b>	<b>5.628.611</b>	<b>5.678.390</b>	<b>5.724.581</b>	<b>5.767.821</b>	<b>5.808.254</b>	<b>5.845.793</b>	<b>5.883.533</b>	<b>5.915.924</b>	<b>5.944.805</b>	<b>5.970.750</b>	<b>5.993.759</b>	<b>6.017.363</b>	<b>3.935.346</b>	<b>5.599.785</b>	<b>6.061.571</b>	<b>6.070.730</b>	<b>112.876.679</b>
<b>4. Custos e Despesas</b>	<b>840.440</b>	<b>840.440</b>	<b>899.840</b>	<b>899.840</b>	<b>899.840</b>	<b>899.840</b>	<b>899.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>18.307.000</b>
4.1. Custos Operacionais Totais	840.440	840.440	899.840	899.840	899.840	899.840	899.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	18.307.000
<b>5. Lajida</b>	<b>3.621.472</b>	<b>4.626.379</b>	<b>4.623.696</b>	<b>4.677.562</b>	<b>4.728.771</b>	<b>4.778.550</b>	<b>4.824.741</b>	<b>4.834.981</b>	<b>4.875.414</b>	<b>4.912.953</b>	<b>4.950.693</b>	<b>4.983.084</b>	<b>5.011.965</b>	<b>5.037.910</b>	<b>5.060.919</b>	<b>5.084.523</b>	<b>3.002.506</b>	<b>4.666.945</b>	<b>5.128.731</b>	<b>5.137.890</b>	<b>94.569.679</b>
<b>6. Impostos IR/CSLL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
6.1. Imposto de Renda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6.2. CSL sobre o Lucro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>7. Lucro Líquido</b>	<b>3.621.472</b>	<b>4.626.379</b>	<b>4.623.696</b>	<b>4.677.562</b>	<b>4.728.771</b>	<b>4.778.550</b>	<b>4.824.741</b>	<b>4.834.981</b>	<b>4.875.414</b>	<b>4.912.953</b>	<b>4.950.693</b>	<b>4.983.084</b>	<b>5.011.965</b>	<b>5.037.910</b>	<b>5.060.919</b>	<b>5.084.523</b>	<b>3.002.506</b>	<b>4.666.945</b>	<b>5.128.731</b>	<b>5.137.890</b>	<b>94.569.679</b>

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020.

**Quadro 14: Fluxo de Caixa para a Drenagem Urbana.**

ANOS DE PLANEJAMENTO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	TOTAL
<b>1. ENTRADAS</b>																					
<b>1.1. RECEITAS</b>	<b>4.461.912</b>	<b>5.466.819</b>	<b>5.523.536</b>	<b>5.577.402</b>	<b>5.628.611</b>	<b>5.678.390</b>	<b>5.724.581</b>	<b>5.767.821</b>	<b>5.808.254</b>	<b>5.845.793</b>	<b>5.883.533</b>	<b>5.915.924</b>	<b>5.944.805</b>	<b>5.970.750</b>	<b>5.993.759</b>	<b>6.017.363</b>	<b>3.935.346</b>	<b>5.599.785</b>	<b>6.061.571</b>	<b>6.070.730</b>	<b>112.876.679</b>
1.1. Faturamento	5.418.036	5.955.335	6.016.738	6.075.066	6.130.520	6.184.570	6.234.410	6.281.186	6.324.892	6.365.441	6.406.601	6.441.157	6.472.292	6.500.220	6.524.954	6.550.781	4.019.613	6.360.038	6.597.590	6.607.285	123.466.724
1.2. Perda de Receita - Inadimplência	956.124	966.578	976.491	985.910	994.865	1.003.613	1.011.636	1.019.183	1.026.230	1.032.764	1.039.451	1.044.959	1.049.967	1.054.454	1.058.423	1.062.630	615.582	1.068.044	1.070.042	1.071.576	20.108.516
1.3. Recuperação de Receita	0	478.062	483.289	488.246	492.955	497.432	501.806	505.818	509.591	513.115	516.382	519.725	522.479	524.984	527.227	529.211	531.315	307.791	534.022	535.021	9.518.470
<b>2. SAÍDAS</b>																					
<b>2.1. SAÍDAS OPERACIONAIS</b>	<b>840.440</b>	<b>840.440</b>	<b>899.840</b>	<b>899.840</b>	<b>899.840</b>	<b>899.840</b>	<b>899.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>932.840</b>	<b>18.307.000</b>
2.1.1. Custos e Despesas (Manutenção Operacional, Pessoal)	840.440	840.440	899.840	899.840	899.840	899.840	899.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	932.840	18.307.000
2.1.2. Impostos e Encargos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>2.2. INVESTIMENTOS</b>	<b>8.291.933</b>	<b>3.644.473</b>	<b>4.490.299</b>	<b>212.817</b>	<b>213.693</b>	<b>30.996</b>	<b>31.926</b>	<b>787.884</b>	<b>33.870</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>17.737.892</b>
<b>2.3. DESEMBOLSOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.3.1. Imposto de Renda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3.2. CSL sobre o Lucro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3. SALDO DO CAIXA</b>	<b>-4.670.461</b>	<b>981.906</b>	<b>133.396</b>	<b>4.464.745</b>	<b>4.515.078</b>	<b>4.747.554</b>	<b>4.792.815</b>	<b>4.047.097</b>	<b>4.841.544</b>	<b>4.912.953</b>	<b>4.950.693</b>	<b>4.983.084</b>	<b>5.011.965</b>	<b>5.037.910</b>	<b>5.060.919</b>	<b>5.084.523</b>	<b>3.002.506</b>	<b>4.666.945</b>	<b>5.128.731</b>	<b>5.137.890</b>	<b>76.831.787</b>

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020.

## 1.4 ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA – SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

### 1.4.1 Critérios e Parâmetros Econômico-Financeiro

Para elaboração da metodologia para cálculo dos custos da prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos devem-se considerar separadamente os serviços de:

- Manejo dos resíduos sólidos domiciliares (etapas de coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos domiciliares, incluindo a reciclagem) cobertos pela Taxa de Coleta de Lixo, estabelecida pelo Código Tributário Municipal;
- Demais serviços de limpeza pública: varrição, capina, operação do aterro de resíduos inertes, disposição final dos RSU entre outros, que deverão ser cobertos por outras fontes financeiras difusas da Administração Municipal.

Tem-se desta maneira os custos divisíveis (coleta e manejo dos resíduos domiciliares) e os custos indivisíveis (varrição, capina, limpeza de praias, por exemplo).

Deste modo, a viabilidade econômica e financeira recai sobre os serviços de coleta, transporte, destinação e disposição final dos resíduos sólidos domiciliares, devendo ser utilizados para o estudo os seguintes parâmetros econômicos:

- Despesas – Custo operacional, Impostos e Agência Reguladora;
- Investimentos em Obras e Serviços (a depender);
- Receitas – Faturamento, Inadimplência e Arrecadação.

Considerando que em Niterói os serviços são executados parcela pela CLIN e parcela concedidos à empresa ECONIT, sendo os custos operacionais globais e não por sistemas, o presente estudo de viabilidade realizará uma análise global dos custos e valores envolvidos, independentes da sustentabilidade referente à Taxa de Coleta de Lixo.

Assim, temos os serviços realizados pela concessionária **ECONIT Engenharia Ambiental S/A**, a seguir:

- Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos públicos (RSU) gerados no município;
- Coleta e transporte de resíduos sólidos de serviços de saúde públicos (RSS) gerados no município;
- Coleta e transporte de resíduos sólidos inertes públicos (RI) gerados no município;
- Coleta e transporte de resíduos sólidos recicláveis (coleta seletiva) porta a porta;
- Varrição mecanizada de vias públicas;
- Serviços complementares de limpeza pública abrangendo as atividades de capina manual, roçada manual, roçada manual com emprego de roçadeiras costais, coleta manual de resíduos em locais inacessíveis aos equipamentos da coleta regular, fornecimento de equipe padrão para limpeza após realização de eventos públicos, como também, para atendimento a frentes de mutirão de limpeza pública, limpeza manual e mecanizada de areias de praias no perímetro municipal, e limpeza, lavagem e desodorização de áreas após a realização de feiras livres;
- Manutenção do Aterro Controlado do Morro do Céu (ACMC) pelo prazo vigência contratual;
- Operação da Célula Emergencial do Morro do Céu (CEMC) até o seu encerramento;
- Construção, implantação e operação do Aterro Sanitário de Niterói (ASN);
- Destinação e disposição final, de forma ambientalmente correta, dos resíduos domiciliares durante a vigência contratual.

Já os serviços realizados pela CLIN estão listados abaixo:

- Coleta Diferenciada;
- Limpeza de Túneis;
- Limpeza de Monumentos;



---

<ul style="list-style-type: none"><li>• Coleta Seletiva Itinerante;</li><li>• Limpeza de Eventos Públicos;</li><li>• Roçada Mecanizada;</li><li>• Varrição Manual de Logradouros;</li><li>• Raspagem Manual de Logradouros;</li><li>• Varrição Manual de Logradouros;</li><li>• Gari Comunitário;</li><li>• Limpeza Manual de Praias (16 praias);</li><li>• Orientação e Fiscalização;</li><li>• Limpeza e Higienização de Feiras;</li><li>• Limpeza de Encostas;</li><li>• Limpeza de Comunidades;</li><li>• Serviços de Capina e Roçada;</li><li>• Coleta de Difícil Acesso;</li><li>• Coleta Especial.</li></ul>	<p>de 0,05% até o final de plano, com base nos dados também utilizados para o sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – repassados pela Águas de Niterói.</p> <p>Os parâmetros utilizados, a evolução anual de faturamento, inadimplência e arrecadação são apresentados no Quadro 15.</p>
---	---

#### 1.4.2 Receita – Faturamento e Arrecadação Projetado

Para o cálculo do faturamento e arrecadação foram simulados valores a serem pagos por imóvel, capazes de garantir a sustentabilidade do sistema. Considerou-se nos estudos a mudança na forma de cobrança da Taxa de Lixo, deixando de ser paga juntamente com o IPTU e passando a ser cobrada com fatura da Taxa de Água e Esgoto. Esta medida visa diminuir o índice de inadimplência.

Considerou-se para cálculo da evolução do faturamento o número de economias de água (projeção do PMSB) e o valor praticado atualmente de R\$ 240 por imóvel. A projeção anual resultou num faturamento bruto de R\$ 57.150.720 ao longo dos 20 anos projetados.

A arrecadação anual prevista é a diferença anual entre o valor faturado e a inadimplência. Considerou-se a manutenção da inadimplência em 4% a.a. no Ano 1 e uma diminuição anual

**Quadro 15: Parâmetros utilizados, Projeção do Faturamento Atual e Arrecadação - Modelagem 01**

ANO	Unidade	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20
Número de Economias de água	un	212.472	214.795	216.998	219.091	221.081	223.025	224.808	226.485	228.051	229.503	230.989	232.213	233.326	234.323	235.205	236.140	236.796	237.343	237.787	238.128
Taxa de Lixo	R\$/Economia.ano)	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00
Faturamento	R\$	50.993.280	51.550.800	52.079.520	52.581.840	53.059.440	53.526.000	53.953.920	54.356.400	54.732.240	55.080.720	55.437.360	55.731.120	55.998.240	56.237.520	56.449.200	56.673.600	56.831.040	56.962.320	57.068.880	57.150.720
Inadimplência	%	4,00%	3,95%	3,90%	3,85%	3,80%	3,75%	3,70%	3,65%	3,60%	3,55%	3,50%	3,45%	3,40%	3,35%	3,30%	3,25%	3,20%	3,15%	3,10%	3,05%
Inadimplência	R\$	2.039.731	2.036.257	2.031.101	2.024.401	2.016.259	2.007.225	1.996.295	1.984.009	1.970.361	1.955.366	1.940.308	1.922.724	1.903.940	1.883.957	1.862.824	1.841.892	1.818.593	1.794.313	1.769.135	1.743.097
Arrecadação	R\$	48.953.549	49.514.543	50.048.419	50.557.439	51.043.181	51.518.775	51.957.625	52.372.391	52.761.879	53.125.354	53.497.052	53.808.396	54.094.300	54.353.563	54.586.376	54.831.708	55.012.447	55.168.007	55.299.745	55.407.623
Recuperação de Receita	R\$	0	1.019.866	1.018.128	1.015.551	1.012.200	1.008.129	1.003.613	998.148	992.004	985.180	977.683	970.154	961.362	951.970	941.978	931.412	920.946	909.297	897.157	884.568
Arrecadação Total	R\$	48.953.549	50.534.409	51.066.547	51.572.990	52.055.382	52.526.904	52.961.237	53.370.539	53.753.884	54.110.535	54.474.735	54.778.550	55.055.662	55.305.533	55.528.355	55.763.120	55.933.393	56.077.304	56.196.901	56.292.191

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020.

### 1.4.3 Despesas Operacionais e Investimentos

Uma vez que o contrato de concessão em vigor foi decorrente de um processo licitatório, pressupõe-se que os valores praticados estejam de acordo com o mercado de preço regional e atenda simultaneamente os interesses da Administração e da iniciativa privada. Assim, adotou-se para os estudos financeiros os preços das etapas de serviço na presente data, como valores-base para os mesmos.

Também se considerou que os custos da CLIN são referentes à adequada prestação dos serviços à população, incluídos nestes valores investimentos.

Assim, a necessidade de novos programas, projetos e ações apresentados no presente PMSB serão considerados como dados operacionais e não de investimentos, tendo em vista que a própria concessão já estabelece a substituição de veículos e equipamentos ao longo do contrato bem como operação e manutenção das unidades operacionais. Outros programas de reciclagem propostos poderão ser executados em forma de parcerias, como ocorre atualmente, a citar os Ecopontos EcoClin/Ecoeneel.

Deve-se destacar também que muitos investimentos já foram realizados para atingir a qualidade dos serviços hoje prestados à população, e as principais ações de possível impacto econômico, como por exemplo a implantação de uma unidade de tratamento de resíduos

orgânicos – Biodigestor não terão custos diretos ao município pois considerou-se a implantação da unidade por empresa privada que será remunerada através da venda da energia gerada pelo sistema.

Também não foram previstos custos específicos para as ações não estruturais apresentadas no Planejamento Estratégico tendo em vista que a própria CLIN e demais secretarias/órgãos municipais possuem corpo técnico para desenvolvimento de projetos e regulamentações específicas.

Portanto, as despesas operacionais consideradas foram relativas aos dados repassados pela CLIN referentes aos orçamentos anuais da ECONIT e CLIN para os anos de 2018 e 2019, Quadro 16:

**Quadro 16: Orçamento manejo dos Resíduos Sólidos, 2018 e 2019.**

Orçamento	2.018	2.019
CLIN	245.089.294	275.947.637
Econit	85.964.257	91.192.012
Total (R\$)	331.053.551	367.139.648

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020.

Não foram obtidos os custos individualizados dos serviços, assim, projetou-se os custos gerais atuais, tanto pela prestação direta dos serviços pela CLIN, quanto pelos serviços

concedidos à empresa ECONIT, considerando o custo unitário por economia praticado em 2019, conforme Quadro 17.

#### 1.4.4 Imposto e Agência Reguladora

Foi prevista uma verba anual correspondente a 1% do faturamento bruto para a Agência Reguladora. Para PIS/COFINS também o percentual utilizado foi de 1%.

O detalhamento do Demonstrativo de Resultado – DRE e do Fluxo de Caixa - FLC, que levaram aos resultados obtidos estão apresentados nos Quadros 18 e 19.

**Quadro 17: Projeção do Orçamento - Despesas de Operação e Investimentos**

1. DESPESAS DE OPERAÇÃO	Unidade	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20
1.1. CLIN	R\$	277.793.738	280.830.913	280.830.913	280.830.913	280.830.913	280.830.913	280.830.913	280.830.913	280.830.913	280.830.913	280.830.913	280.830.913	280.830.913	280.830.913	280.830.913	280.830.913	280.830.913	280.830.913	280.830.913	280.830.913
1.2. Econit	R\$	91.802.090	92.805.781	93.757.624	94.661.940	95.521.753	96.361.690	97.132.065	97.856.641	98.533.258	99.160.619	99.802.670	100.331.520	100.812.410	101.243.181	101.624.264	102.028.246	102.311.682	102.548.022	102.739.860	102.887.195
Total Despesas Operacionais	R\$	369.595.827	373.636.694	374.588.537	375.492.853	376.352.666	377.192.604	377.962.979	378.687.555	379.364.171	379.991.532	380.633.584	381.162.433	381.643.324	382.074.094	382.455.177	382.859.159	383.142.595	383.378.936	383.570.773	383.718.108

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020.

**Quadro 18: Demonstrativo de Resultado – DRE – Modelagem 01.**

DESCRIÇÃO	UNIDADE	TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20
1.Fatutamento	R\$	1.096.454.160	50.993.280	51.550.800	52.079.520	52.581.840	53.059.440	53.526.000	53.953.920	54.356.400	54.732.240	55.080.720	55.437.360	55.731.120	55.998.240	56.237.520	56.449.200	56.673.600	56.831.040	56.962.320	57.068.880	57.150.720
2.Despesas de Operação	R\$	7.587.503.603	369.595.827	373.636.694	374.588.537	375.492.853	376.352.666	377.192.604	377.962.979	378.687.555	379.364.171	379.991.532	380.633.584	381.162.433	381.643.324	382.074.094	382.455.177	382.859.159	383.142.595	383.378.936	383.570.773	383.718.108
3. Agência Reguladora	R\$	10.964.542	509.933	515.508	520.795	525.818	530.594	535.260	539.539	543.564	547.322	550.807	554.374	557.311	559.982	562.375	564.492	566.736	568.310	569.623	570.689	571.507
4. Impostos	R\$	10.964.542	509.933	515.508	520.795	525.818	530.594	535.260	539.539	543.564	547.322	550.807	554.374	557.311	559.982	562.375	564.492	566.736	568.310	569.623	570.689	571.507
5. Resultado Operacional - Lucro Líquido	R\$	-6.512.978.527	-319.622.413	-323.116.910	-323.550.608	-323.962.650	-324.354.415	-324.737.124	-325.088.137	-325.418.283	-325.726.576	-326.012.427	-326.304.971	-326.545.936	-326.765.048	-326.961.325	-327.134.961	-327.319.031	-327.448.176	-327.555.862	-327.643.271	-327.710.403

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020.

**Quadro 19: Fluxo de Caixa – Modelagem 01.**

DESCRIÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20
Resultado Operacional	-319.622.413	-323.116.910	-323.550.608	-323.962.650	-324.354.415	-324.737.124	-325.088.137	-325.418.283	-325.726.576	-326.012.427	-326.304.971	-326.545.936	-326.765.048	-326.961.325	-327.134.961	-327.319.031	-327.448.176	-327.555.862	-327.643.271	-327.710.403
Evasão de Receita	-2.039.731	-2.036.257	-2.031.101	-2.024.401	-2.016.259	-2.007.225	-1.996.295	-1.984.009	-1.970.361	-1.955.366	-1.940.308	-1.922.724	-1.903.940	-1.883.957	-1.862.824	-1.841.892	-1.818.593	-1.794.313	-1.769.135	-1.743.097
Recuperação da Evasão de Receita	0	1.019.866	1.018.128	1.015.551	1.012.200	1.008.129	1.003.613	998.148	992.004	985.180	977.683	970.154	961.362	951.970	941.978	931.412	920.946	909.297	897.157	884.568
Saldo de Caixa	-321.662.144	-324.133.301	-324.563.581	-324.971.500	-325.358.473	-325.736.219	-326.080.820	-326.404.144	-326.704.933	-326.982.612	-327.267.596	-327.498.506	-327.707.627	-327.893.311	-328.055.806	-328.229.512	-328.345.823	-328.440.879	-328.515.250	-328.568.932
Saldo de Caixa Acumulado	-321.662.144	-645.795.445	-970.359.026	-1.295.330.526	-1.620.689.000	-1.946.425.219	-2.272.506.039	-2.598.910.183	-2.925.615.115	-3.252.597.727	-3.579.865.323	-3.907.363.828	-4.235.071.455	-4.562.964.767	-4.891.020.573	-5.219.250.084	-5.547.595.908	-5.876.036.786	-6.204.552.036	-6.533.120.968

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020.

Com a simulação cima, considerando um custo unitário por economia de R\$240, para o cálculo do VPL, considerando-se uma taxa de atratividade de 8 %, chegou-se em um valor negativo de R\$ 8.708.485.266, demonstrando a insustentabilidade econômica do sistema atual considerando o valor praticado pela Taxa de coleta imobiliária de lixo – TCIL e os gastos com operação completa do sistema de limpeza urbana de Niterói.

Porém, sabe-se que a Taxa de Coleta de Lixo deverá ser mensurada através da cobrança dos serviços divisíveis e não recai sobre todos os custos operacionais e de investimentos do sistema de limpeza urbana.

No entanto, não foram obtidos os custos individualizados dos serviços, não sendo possível prever os valores a serem cobertos pela Taxa de Coleta de Lixo.

Assim foram efetuadas diversas simulações num reajuste real em um valor que permitisse a sustentabilidade dos serviços executados pela ECONIT.

O resultado da modelagem efetuado, a partir dos indicadores econômicos, são os apresentados nos Quadros 20, 21 e 22, o que demonstra que um valor unitário de R\$450 por economia seria capaz de suprir com os custos contratuais com a ECONIT.

Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB

Prefeitura Municipal de Niterói

Quadro 20: Projeção do Faturamento e Arrecadação – Modelagem 02.

ANO	Unidade	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20
Número de Economias de água	un	212.472	214.795	216.998	219.091	221.081	223.025	224.808	226.485	228.051	229.503	230.989	232.213	233.326	234.323	235.205	236.140	236.796	237.343	237.787	238.128
Taxa de Lixo	R\$/Economia.ano)	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00
Faturamento	R\$	95.612.400	96.657.750	97.649.100	98.590.950	99.486.450	100.361.250	101.163.600	101.918.250	102.622.950	103.276.350	103.945.050	104.495.850	104.996.700	105.445.350	105.842.250	106.263.000	106.558.200	106.804.350	107.004.150	107.157.600
Inadimplência	%	4,00%	3,95%	3,90%	3,85%	3,80%	3,75%	3,70%	3,65%	3,60%	3,55%	3,50%	3,45%	3,40%	3,35%	3,30%	3,25%	3,20%	3,15%	3,10%	3,05%
Inadimplência	R\$	3.824.496	3.817.981	3.808.315	3.795.752	3.780.485	3.763.547	3.743.053	3.720.016	3.694.426	3.666.310	3.638.077	3.605.107	3.569.888	3.532.419	3.492.794	3.453.548	3.409.862	3.364.337	3.317.129	3.268.307
Arrecadação	R\$	91.787.904	92.839.769	93.840.785	94.795.198	95.705.965	96.597.703	97.420.547	98.198.234	98.928.524	99.610.040	100.306.973	100.890.743	101.426.812	101.912.931	102.349.456	102.809.453	103.148.338	103.440.013	103.687.021	103.889.293
Recuperação de Receita	R\$	0	1.912.248	1.908.991	1.904.157	1.897.876	1.890.243	1.881.773	1.871.527	1.860.008	1.847.213	1.833.155	1.819.038	1.802.553	1.784.944	1.766.210	1.746.397	1.726.774	1.704.931	1.682.169	1.658.564
Arrecadação Total	R\$	91.787.904	94.752.017	95.749.776	96.699.356	97.603.841	98.487.946	99.302.320	100.069.760	100.788.532	101.457.253	102.140.128	102.709.782	103.229.366	103.697.875	104.115.665	104.555.850	104.875.111	105.144.944	105.369.190	105.547.858

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020.

Quadro 21: Demonstrativo de Resultado – DRE.- Modelagem 02.

DESCRIÇÃO	UNIDADE	TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20
1.Fatutamento	R\$	2.055.851.550	95.612.400	96.657.750	97.649.100	98.590.950	99.486.450	100.361.250	101.163.600	101.918.250	102.622.950	103.276.350	103.945.050	104.495.850	104.996.700	105.445.350	105.842.250	106.263.000	106.558.200	106.804.350	107.004.150	107.157.600
2.Despesas de Operação	R\$	1.973.922.510	91.802.090	92.805.781	93.757.624	94.661.940	95.521.753	96.361.690	97.132.065	97.856.641	98.533.258	99.160.619	99.802.670	100.331.520	100.812.410	101.243.181	101.624.264	102.028.246	102.311.682	102.548.022	102.739.860	102.887.195
3. Agência Reguladora	R\$	20.558.516	956.124	966.578	976.491	985.910	994.865	1.003.613	1.011.636	1.019.183	1.026.230	1.032.764	1.039.451	1.044.959	1.049.967	1.054.454	1.058.423	1.062.630	1.065.582	1.068.044	1.070.042	1.071.576
4. Impostos	R\$	20.558.516	956.124	966.578	976.491	985.910	994.865	1.003.613	1.011.636	1.019.183	1.026.230	1.032.764	1.039.451	1.044.959	1.049.967	1.054.454	1.058.423	1.062.630	1.065.582	1.068.044	1.070.042	1.071.576
5. Resultado Operacional - Lucro Líquido	R\$	40.812.009	1.898.062	1.918.814	1.938.494	1.957.191	1.974.968	1.992.335	2.008.263	2.023.244	2.037.233	2.050.204	2.063.479	2.074.413	2.084.356	2.093.262	2.101.141	2.109.494	2.115.354	2.120.241	2.124.207	2.127.253

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020.

Quadro 22: Fluxo de Caixa – Modelagem 02.

DESCRIÇÃO	UNIDADE	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20
Resultado Operacional	R\$	1.898.062	1.918.814	1.938.494	1.957.191	1.974.968	1.992.335	2.008.263	2.023.244	2.037.233	2.050.204	2.063.479	2.074.413	2.084.356	2.093.262	2.101.141	2.109.494	2.115.354	2.120.241	2.124.207	2.127.253
Evasão de Receita	R\$	-3.824.496	-3.817.981	-3.808.315	-3.795.752	-3.780.485	-3.763.547	-3.743.053	-3.720.016	-3.694.426	-3.666.310	-3.638.077	-3.605.107	-3.569.888	-3.532.419	-3.492.794	-3.453.548	-3.409.862	-3.364.337	-3.317.129	-3.268.307
Recuperação da Evasão de Receita	R\$	0	1.912.248	1.908.991	1.904.157	1.897.876	1.890.243	1.881.773	1.871.527	1.860.008	1.847.213	1.833.155	1.819.038	1.802.553	1.784.944	1.766.210	1.746.397	1.726.774	1.704.931	1.682.169	1.658.564
Saldo de Caixa	R\$	-1.926.434	13.081	39.170	65.597	92.359	119.030	146.983	174.754	202.815	231.107	258.557	288.345	317.022	345.787	374.557	402.344	432.266	460.835	489.247	517.511
Saldo de Caixa Acumulado	R\$	-1.926.434	-1.913.353	-1.874.183	-1.808.586	-1.716.227	-1.597.196	-1.450.214	-1.275.460	-1.072.645	-841.538	-582.980	-294.636	22.386	368.173	742.730	1.145.073	1.577.339	2.038.174	2.527.421	3.044.931

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020.

A partir da modelagem acima apresentada tem-se o valor de VPL negativo de 1.810.091 e uma TIR de 8%.

Os custos de execução desses serviços, realizados diretamente pelo município ou por terceirizados, deverão ser incluídos no Plano Plurianual e cobertos pelo caixa único da Prefeitura, através de receitas geradas por tributos e repasses financeiros externos.

Também é de ressaltar que o município de Niterói recebe valores substanciais referentes a royalties de Petróleo, sendo repassados para diversas secretarias, incluindo a CLIN que também são utilizados para a manutenção dos custos da companhia e demais despesas e investimentos necessários.

## **2. ALTERNATIVAS DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O intuito do presente capítulo é realizar uma avaliação objetiva das possibilidades de que dispõe o município para a prestação dos serviços de saneamento básico, ou seja, para os sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem de águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas.

As alternativas apresentadas estão alicerçadas no artigo 175, caput, da Constituição Federal, de onde se extrai:

“Art. 175: Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos”.

### **2.1 POSSIBILIDADES INSTITUCIONAIS**

Os Quadros 23 e 24 sintetizam as possibilidades institucionais para organização da prestação de serviços públicos de acordo com o ordenamento legal vigente.

Quadro 23: Possibilidades Institucionais de Prestação dos serviços.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA		ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA	ENTIDADES GOVERNAMENTAIS DE DIREITO PRIVADO	
	(1) Órgãos da Administração Direta	(2) Autarquia	(3) Fundação Pública de Direito Público	(4) Empresa Pública	(5) Sociedade de Economia Mista
<b>Conceito/Definição</b>	Órgãos e repartições da Adm. Pública Regime estatal desconcentrado	Órgão autônomo criado por lei	Órgão autônomo criado por lei	Sociedade mercantil-industrial p/ cumprir função pública relevante	Sociedade mercantil-industrial p/ cumprir função pública relevante
<b>Personalidade Jurídica</b>	A mesma da Administração que acolhe o órgão	Própria	Própria	Própria	Própria
<b>Regime Jurídico</b>	Direito público	Direito Público	Direito Público	Direito Privado	Direito Privado
<b>Composição societária/Designação da Diretoria</b>	Não tem - nomeação do Executivo	Não tem - nomeação do Executivo	Não tem - nomeação do Executivo	Sócios exclusivamente estatais/Nomeação Executivo + Conselho	Sociedade anônima/Nomeação Executivo + Conselho
<b>Fins</b>	Organização, exploração, concessão do serviço	Organização, exploração, concessão do serviço	Organização, exploração, concessão do serviço	Exploração do serviço	Exploração do serviço
<b>Criação/Extinção</b>	Lei de organização da Administração Pública	Lei específica	Lei específica	Autorizada por lei específica	Autorizada por lei específica
<b>Patrimônio</b>	Mantido na Administração Direta	Próprio, inalienável	Próprio, inalienável - afetado à finalidade específica	Próprio, alienável, com proteção especial em razão da prest. De serv. Púb.	Próprio, alienável, c/proteç. Especial em razão da prest. De serv. Púb.
<b>Regime Trabalhista</b>	Estatutário	Estatutário ou CLT Concurso Obrigatório	Estatutário ou CLT concurso obrigatório	CLT concurso obrigatório	CLT concurso obrigatório
<b>Prerrogativas</b>	Titularidade do serviço em nome da Administração	Titularidade do serviço transferida pela Administração	Titularidade do serviço transferida pela Administração	Titularidade não transferida. Prerrog. Estabelecidas no ato de criação	Titularidade não transferida. Prerrog. Estabelecidas no ato de criação
<b>Controles</b>	Os da Administração Pública	Tutela e controle ordinário da Administração Pública	Tutela e controle ordinário da Administração Pública	Adm - órgão adm. A que se vincula Financeiro - idem, Tribunal de Contas	Adm - órgão adm. A que se vincula
<b>Responsabilidade sobre o serviço</b>	Confundem-se com as da Administração Pública	Transferida da Administração	Transferida da Administração	Direta sobre a prestação - Transferida do Poder Concedente	Direta sobre a prestação - Transferida do Poder Concedente
<b>Receita</b>	Exclusivamente orçamentária	Orçamentária e operacional	Orçamentária e operacional	Repasse da Administração + receita operacional	Repasse da Administração + receita operacional
<b>Capital</b>	Estatal	Estatal	Estatal	Estatal	Capital estatal e privado

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020.

Quadro 24: Possibilidades Institucionais de Prestação dos serviços.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	ENT. GOV. DIREITO PRIVADO		ENTIDADES PRIVADAS	
	(6) Fundação Pública de Direito Privado	(7) Empresa Privada	(8) Fundação Privada	(9) Sociedade civil sem fins lucrativos
<b>Conceito/Definição</b>	Entidade sem fins lucrativos destinada a cumprir serviço de interesse público	Sociedade mercantil-industrial de prestação de serviço	Entidade sem fins lucrativos destinada a cumprir serviço de interesse público	Entidade sem fins lucrativos destinada a cumprir serviço de interesse público
<b>Personalidade Jurídica</b>	Própria	Própria	Própria	Própria
<b>Regime Jurídico</b>	Direito privado	Direito Privado	Direito Privado	Direito Privado
<b>Composição societária/Designação da Diretoria</b>	Não tem - nomeção do Executivo + Conselho	Sociedade anônima ou limitada/assembleia de acionistas	Não tem composição societária/diretoria eleita pelo Conselho Curador	Pessoas físicas e jurídicas que criam/conforme estatutos
<b>Fins</b>	Prestação do serviço em auferir lucro	Exploração do serviço	Serviço ou atividades auxiliares sem auferir lucro	Serviço ou atividades auxiliares em caráter complementar ou supletivo
<b>Criação/Extinção</b>	Autorizada por lei específica	Ato constitutivo civil ou comercial	Ato constitutivo civil	Ato constitutivo civil
<b>Patrimônio</b>	Próprio, alienável, c/ proteção especial em razão da prestação de serviço público	Próprio, alienável, c/ proteção especial em razão da prestação de serviço público	Próprio, alienável, c/ proteção especial em razão da prestação de serviço público	Próprio, alienável, c/ proteção especial em razão da prestação de serviço público
<b>Regime Trabalhista</b>	CLT concurso obrigatório	CLT	CLT	CLT
<b>Prerrogativas</b>	Titularidade não transferida. Prerrogativas estabelecidas no ato de criação	Titularidade não transferida - Prerrogativas inerentes ao serviço	Titularidade não transferida. Prerrogativas inerentes ao serviço	Titularidade não transferida. Prerrogativas inerentes ao serviço
<b>Controles</b>	Interno, do Conselho Curador - Externo, do Ministério Público - S/serviço, do Poder Conc.	S/ serviço e Comercial do Poder Concedente. Outros - fiscal., dir. econômico	Interno, do Conselho Curador - Externo, da Curadoria das Fundações - S/ serv., do Poder Concedente	Sobre o serviço - do Poder Concedente
<b>Responsabilidade sobre o serviço</b>	Direta sobre a prestação - Transferida do Poder Concedente	Direta sobre a prestação - transferida do Poder Concedente	Direta sobre a prestação - transferida do Poder Concedente	Do Poder Concedente - não se transfere
<b>Receita</b>	Repasse da Administração + receita operacional	Receita operacional	Receita operacional e doações	Receita operacional e doações
<b>Capital</b>	Estatal	Capital privado		

Fonte: Elaborado por Ampla Consultoria, 2020.

Conforme verificado nos Quadros acima, existem as seguintes possibilidades institucionais para a prestação dos serviços desses sistemas de saneamento básico no município:

- Prestação pelo Poder Público Municipal por meio de: Departamento, Autarquia ou Empresa Municipal de Serviços de Saneamento Básico;
- Prestação do serviço por meio de Administração Descentralizada, ou seja, por meio de consórcio entre municípios;



- Outorga dos serviços de saneamento básico a Sociedade de Economia Mista controlada pelo Poder Público Estadual por meio de contrato de programa;
- Concessão dos serviços de saneamento a Sociedade de Propósito Específico (SPE) controlada pelo Poder Público ou Privado;
- Concessão Parcial ou Participação Público/Privado de Serviços.

## 2.2 GESTÃO CONSORCIADA EM RESÍDUOS SÓLIDOS

A Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), apresenta em seu artigo 18 sobre os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, destacando no parágrafo 1º, inciso I e II, do mencionado artigo, quais municípios serão priorizados no acesso aos recursos da união, observemos:

“§ 1o Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Municípios que: I - optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se inserirem de forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos referidos no § 1o do art. 16; II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda”.

O artigo 45 do mesmo diploma legal preleciona que, os consórcios públicos constituídos nos termos da Lei nº 11.107/2005, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.

A Lei Federal 11.107 de 06/04/2005, regulamentada pelo Decreto 6.017 de 17/01/2007, dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios constituírem consórcios públicos para a realização de objetivos comuns.

Conforme a publicação: “*Orientações Básicas para a Gestão Consorciada de Resíduos Sólidos*” do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Fundação Instituto para o Fortalecimento das Capacidades Institucionais e; Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento” (2013), o consórcio público constituído sob a égide da referida legislação confere segurança jurídica aos entes consorciados, fortalecendo o efeito de vinculação dos acordos de cooperação intergovernamental e aumentando a contratualização entre seus membros, tanto no ato da formação, extinção do consórcio, ou da retirada voluntária de um consorciado.

Para o Governo Federal, é importante que os municípios se articulem, com o intuito de construir políticas públicas de resíduos sólidos integradas e que complementem a Política Nacional, buscando alternativas que otimizem recursos e se traduzam em oportunidades de negócios com promoção de emprego e renda e também receitas para os municípios.

O artigo 14 da Lei nº 11.445/2007, caracteriza a prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico por:

I - Um único prestador do serviço para vários municípios, contíguos ou não;

II-Uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive de sua remuneração;

III - Compatibilidade de planejamento.

O artigo 15, inciso I e II, do mesmo corpo legal, aponta que na prestação regionalizada, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas por órgão ou entidade de ente da Federação a que o titular tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação entre entes da Federação, assim como por consórcio público de direito público integrado pelos titulares dos serviços.

O aludido artigo destaca, também, que A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, nos termos do artigo 241, da carta magna federal.

O artigo 18 da Lei 11.445/2007, preceitua que no caso do prestador de serviços trabalhar em mais de uma cidade ou que realize dentro do mesmo município serviços públicos de saneamento básico diferentes, deverão dispor de um sistema contábil que permita registrar e comprovar, separadamente, os gastos e os lucros de cada serviço em cada um dos Municípios atendidos e, se for o caso, no Distrito Federal.

No caso de soluções consorciadas e/ou compartilhadas entre municípios, é importante mencionar que a elaboração pode ser realizada na forma de planejamentos municipais e intermunicipais. Assim, as ações que extrapolem o alcance da própria capacidade das Prefeituras e/ou da Companhia prestadora dos serviços em resíduos sólidos e limpeza urbana, isto em termos de capacidade de investimentos, recursos humanos e financeiros para o custeio e o desenvolvimento de ações específicas.

Neste sentido, é possível mencionar que consórcios representam uma forma economicamente viável para a prestação de serviços públicos, onde soluções podem ser compartilhadas, e custos divididos.

Contudo, muitas vezes as limitações em optar ou desenvolver com sucesso soluções consorciadas entre municípios diz respeito a interesses político-partidários que dificultam coordenações. Além disso, a inadimplência de alguns municípios consorciados pode comprometer as ações de todo um grupo dentro de sua gestão estratégica (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e outros, 2013).

## 2.2.1 Potencialidades e Fragilidades de um Consórcio Público

### ✓ Potencialidades:

Podem ser indicadas como potencialidades da celebração de consórcios públicos no tema de resíduos sólidos, limpeza urbana e consequentemente no âmbito da coleta seletiva:

- Compartilhamento de instalações e ganhos de escala;
- Aumento da capacidade de cooperação técnica;
- Racionalização no uso de recursos financeiros e tecnológicos;
- Favorecimento da adoção de tecnologia e técnicas que já são utilizadas em alguns municípios e que podem ser expandidas.
- Minimização dos riscos e impactos ambientais;
- Custos *per capita* dos investimentos para instalação de unidades operacionais são inversamente proporcionais à quantidade de habitantes atendidos (em especial no caso de aterros sanitários, por exemplo – etapa de disposição final de resíduos).
- Prioridade na obtenção de recursos nas esferas federal e estadual;
- Planejamento integrado entre municípios consorciado;
- Auxílio na organização de planos, estudos e avaliações;
- Superação de problemas locais.

### ✓ Fragilidades:

Podem ser indicadas como fragilidades:

- As reivindicações entre os entes associados precisam ser semelhantes;
- Interesses político-partidários podem dificultar a celebração de consórcios ou de negociações sobre sua administração;
- A inadimplência de alguns municípios pode vir a prejudicar o andamento das atividades consorciadas.

### 2.2.2 Síntese para a Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico

Tomando-se a Lei nº 11.445/2007 como um marco regulatório do setor de saneamento no País, tem-se que as atividades de saneamento compõe-se basicamente de 5 etapas relacionadas a sua gestão:

- Planejamento;
- Prestação do Serviço;
- Regulação;
- Fiscalização
- Promoção da participação e controle social.

Destas a única indelegável é o planejamento, objeto, por exemplo, do presente Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. O resumo é mostrado no Quadro 25.

**Quadro 25: Titularidade Municipal da Gestão do Saneamento Básico.**

Atividade de Gestão	Titularidade
Planejamento	Indelegável, passível de execução por titulares consorciados.
Regulação	Delegável a consórcio ou a órgão ou ente público; é interessante manter o mesmo ente para execução de fiscalização e regulação.
Fiscalização	
Prestação do Serviço	Direta ou delegada a ente privado ou órgão ou ente público.
Controle Social	Indelegável.

Fonte: Adaptado de Ministério das Cidades, 2009.

### 2.3 PROSPECTIVA DE GESTÃO

Com relação à prestação dos serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, conforme já apresentado no diagnóstico dos sistemas, o município de Niterói terceiriza a operação, manutenção e gestão comercial destes serviços, através de um contrato de concessão com vigência até o ano de 2034, quando considerado o prazo inicial de 30 anos e os termos aditivos firmados até o presente momento.

Sendo assim, durante todo o horizonte de planejamento deste PMSB, o contrato de concessão com a Água de Niterói estará vigente, se considerado o prazo contratual.

Com relação ao manejo dos resíduos sólidos, conforme já mencionado, alguns serviços são realizados pela empresa concessionária ECONIT, devendo este modelo de gestão ser mantidos até no mínimo a finalização do contrato, iniciado em 2011, com vigência de 20 anos. Os demais serviços executados diretamente pela CLIN, a qual também realiza o planejamento dos sistemas, deverão ser mantidos e aprimorados conforme recomendação do presente PMSB.

Já o Sistema de Drenagem Urbana é planejado e operado diretamente pela Administração Municipal, através da Seconser.

### 3. MECANISMOS DE REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

A seguir apresentam-se inferências sobre as questões de regulação, fiscalização e para a participação e controle social no âmbito da gestão do saneamento básico para o município. Vale salientar que estas inferências se referem aos quatro sistemas de saneamento básico previstos pela Lei nº 11.445/2007 e no presente Planejamento, por isso são apresentados neste item integralmente.

#### 3.1 REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

A regulação dos serviços de saneamento básico é definida pelo Decreto Federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

O significado da atividade de regulação e a descrição dos entes chaves que interveem de forma direta nesta atividade é previsto no Título I: Das Disposições Preliminares, Capítulo I: Do Objeto e Art. 2º do Decreto Federal Nº 7.217 de 21 de Junho de 2010 que regulamentou a Lei Federal Nº 11.445 de 05 de Janeiro de 2007 (chamada a Lei do Saneamento), quais sejam:

- **“Inciso II – regulação:** todo e qualquer ato que discipline ou organize determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto socioambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação e fixação e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos, para atingir os objetivos do Art. 27 deste decreto”.

- **“Inciso IV – entidade de regulação:** entidade reguladora ou regulador: agência reguladora, consórcio público de regulação, autoridade regulatória, ente regulador, ou qualquer outro órgão ou entidade de direito público que possua competências próprias de natureza regulatória, independência decisória e não acumule funções de prestador dos serviços regulados”.

- **“Inciso VII – titular:** o ente da Federação que possua por competência a prestação de serviço público de saneamento básico”, no caso o Prefeitura Municipal de Niterói; e

- **“Inciso VIII – prestador de serviço público:** o órgão ou entidade, inclusive empresa”.

A regulação pode ser compreendida como a intervenção em atividades e serviços de interesse público por meio do estabelecimento de parâmetros, regras e de políticas tarifárias.

Segundo Decreto nº 7.217/2010 a regulação é definida como todo e qualquer ato que discipline ou organize determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto socioambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação e fixação e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos, para garantir os objetivos do Art. 27.

Os principais objetivos são (Art. 27, Decreto nº 7.217/2010):

I - Estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - Garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência; e

IV - Definir tarifas e outros preços públicos que assegurem tanto o equilíbrio econômico financeiro dos contratos, quanto a modicidade tarifária e de outros preços públicos, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Parágrafo único. Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para execução dos contratos e dos serviços e para correta administração de subsídios.

As atividades de regulação devem atender a princípios, os quais foram definidos no Decreto 7.217/2010, os quais são:

Art. 28: O exercício da função de regulação atenderá aos seguintes princípios:

- I Independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade de regulação; e
- II Transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

O desenvolvimento da regulação municipal pode ser realizado de dois modos:

- Execução Direta - O município cria um órgão independente para fazer a regulação dos serviços prestados em saneamento básico pelo próprio município.
- Execução Delegada - O município fará convênio de cooperação com entidade ou órgão independente ou formará consórcio público para as atividades de regulação dos serviços prestados em saneamento pelo município.

No caso do município de Niterói não há regulação dos sistemas por agencia reguladora.

Cabe salientar que os serviços de saneamento básico englobam os quatro sistemas: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas (não seria essa a ordem, de acordo com as mudanças previstas pela Lei 13.308/2016). Portanto, a regulação é executada sobre todos os serviços prestados pelos entes ou órgãos, concessionárias etc. Assim, a própria administração é regulada quando ela executa os serviços de saneamento. Por essa finalidade o órgão ou entidade de regulação é independente e atua com isonomia e autonomia administrativa, financeira, etc.

### 3.2 FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

A fiscalização dos serviços de saneamento básico também é um dos objetivos da Política Federal de Saneamento Básico, instituída pela Lei nº 11.445/2007 e, assim como a regulação, deve ser executada pelo titular dos serviços, no caso o município de Niterói.

A fiscalização pode ser compreendida como o desenvolvimento de atividades de averiguação das reais condições de operação dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas.

Segundo o artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 7.217/2010, a fiscalização pode ser compreendida como “as atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação no sentido de garantir o cumprimento de normas e regulamentos editados pelo poder público e a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público”.

A fiscalização deve ser desenvolvida dentro do órgão ou entidade da administração pública na forma direta, ou também podendo ser delegada, nos termos do artigo 31 do Decreto 7.217/2010, da mesma maneira como exposto no caso das ações de regulação dos serviços.

Em geral, as atividades de fiscalização são paralelamente realizadas às atividades de regulação, através da agência de regulação local ou regional, conveniada ao município. Mas cabe ao Poder Público Municipal estender suas atividades fiscalizatórias também aos serviços de saneamento locais, em especial quando são concedidos ou terceirizados, uma vez que a sua presença local facilita a observação de condições de inconformidade e até mesmo pela proximidade com a população que é de fato aquela que está recebendo os serviços. Portanto, a Prefeitura é o primeiro local onde as pessoas procurarão a resolutividade de problemas ligados a saneamento.

Quando há a delegação dessas atividades, caberá então ao município repassar as informações, buscando que o órgão fiscalizador atue nas demandas observadas, ou na ausência dele, que o próprio município cobre soluções ou verifique como melhorar a condição de inconformidade. Cabe ainda a fiscalização quanto à cumprimento de prazos em contratos, convênios e concessões, prestação dos serviços com qualidade, eficiência e isonomia, entre outros padrões.

A entidade que executa a fiscalização deve receber e se manifestar conclusivamente sobre reclamações que não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços, de acordo com o artigo 31, § 2º, do Decreto 7.217/2010.

### 3.3 CONTROLE SOCIAL DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Assim, como se abordou nos itens sobre regulação e fiscalização, o controle social é tido como um dos princípios da prestação dos serviços de saneamento básico, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.217/2010 e a própria Lei nº 11.445/2007, Art. 1º. transparência de ações também é outro princípio ligado ao controle social.

O titular dos serviços de saneamento básico deve garantir o estabelecimento de mecanismos de participação e controle social (art. 23, inciso VI, do Decreto 7.217/2010), tendo isso como uma diretriz dentro de uma Política de Saneamento Básico.

O controle social é compreendido como o conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico (art. 2º, inciso VI, do Decreto 7.217/2010).

Segundo o Decreto supracitado, o controle social dos serviços de saneamento pode ser instituído mediante adoção de mecanismos, conforme descrito no artigo 34, vejamos:

- I - Debates e audiências públicas;
- II – Consultas públicas;
- III – conferências das cidades ou;
- IV – Participação de órgãos colegiados de caráter consultivo na formulação da política de saneamento básico bem como no seu planejamento e avaliação.

No caso de órgãos colegiados conforme prevê o inciso IV, do artigo 34, do Decreto 7.217/2010, é assegurada a participação de representantes, consoante o art. 34, §3º, *in verbis*:

Art. 34: O controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá ser instituído mediante adoção, entre outros, dos seguintes mecanismos: § 3º: Nos órgãos colegiados mencionados no inciso IV do caput, é assegurada a participação de representantes:

- I – Dos titulares dos serviços;
- II – De órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento;
- III – dos prestadores de serviços públicos de saneamento;
- IV – Dos usuários de serviços de saneamento básico e;
- V – Entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionados ao setor de saneamento básico.

O controle social, através de um órgão colegiado específico, é critério básico para o acesso a recursos federais destinados a saneamento básico, assim como a elaboração de Plano de Saneamento Básico – PMSB.

Constatou-se que o município de Niterói não possui um órgão colegiado específico para o tema do saneamento básico já instituído. No entanto, o Decreto permite que as funções e competências definidas para o órgão colegiado em saneamento básico possam ser executadas por outro órgão colegiado já existente.

Portanto, o município deverá definir, no curto prazo, um órgão ou entidade que passe a valorizar e atuar nas atividades de controle social, compartilhadas às ações fiscalizatórias e de regulação para o saneamento básico.

Deste modo, no curto prazo, deve-se: criar o conselho municipal de meio ambiente e saneamento que pode estar ligado ao conselho municipal de saúde, desde que bem definido em seu estatuto e lei de criação e, que os membros ou município tenham condições de se dedicar às ações e discussões sobre o tema.

É importante salientar que para que haja efetivo controle social no âmbito, por exemplo, de um órgão colegiado ou conselho, que este tenha acesso irrestrito à documentos e informações produzidos pelos órgãos ou entidades de regulação, fiscalização, por exemplo. O órgão pode ainda solicitar estudos e levantamentos que tenham o objetivo de subsidiar a tomada de decisões.

Assim, sugere-se que o município, no âmbito de agir sobre o controle social e transparência, crie um órgão colegiado dentro de uma Política Municipal de Saneamento Básico ou em lei específica, definindo suas atribuições e composição, no que concerne ao saneamento básico, assumido pelos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana e drenagem urbana.

#### **4. REFERÊNCIAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. Disponível em: < <http://www.niteroi.rj.gov.br/> >.

Acesso em: 10 jan. 2020.

SNIS. Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2018. Disponível em: < <http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos> >. Acesso em: 10 jan. 2020.



**ANEXOS – ARRANJOS LEGISLATIVOS**

No anexo a seguir, serão apresentadas propostas de políticas públicas voltadas ao Saneamento Básico do Município de Niterói.

Com advento da Lei n. 11.445/2007, emergiu um novo período na gestão dos serviços públicos de saneamento básico no País, trazendo novas diretrizes nacionais e definindo o planejamento dos serviços básicos como instrumento fundamental para se alcançar o acesso universal do saneamento básico.

É consabido o quão indispensável é o estabelecimento de planos e metas para que a universalização seja efetiva, sendo dever dos governos, prefeituras e a população em geral discutir exigências e elaborar planos municipais para que tenham melhorias efetivas no setor do saneamento.

Com base no exposto se apresenta no presente Plano Municipal de Saneamento Básico, 4 (quatro) propostas de políticas que devem ser cuidadosamente avaliadas, discutidas e revisadas pelo município, para posterior votação e aprovação, são elas:

1. Projeto de Lei para aprovação de agência reguladora;
2. Decreto para aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico;
3. Política Municipal de Saneamento Básico;
4. Política Municipal de Resíduos Sólidos e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

As propostas acima mencionadas foram realizadas com base nas políticas federais e estaduais já existentes, vejamos: a) Lei nº 12.305/2010 – Instituiu a Política Pública de Resíduos Sólidos; b) Decreto nº 7.404/2010 - Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências; c) Lei nº 11.445/ 2007 - estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico; d) Lei Estadual nº 4191/ 2003 - dispõe sobre a política estadual de resíduos sólidos e

dá outras providências; e) Lei nº 9.795/1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências; f) Decreto nº 4.281/2002 - Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências; g) Lei nº 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. h) Lei nº 7.802 /1989 - Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências; i) Lei nº 11.107/2005 - Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

Na análise do arcabouço jurídico do Município, constatou-se, por exemplo, no tocante as políticas de resíduos sólidos que a cidade de Niterói não possui uma política pública que regule as diretrizes municipais e a universalização do acesso aos serviços de coleta, transporte, tratamento, destinação e disposição final dos resíduos sólidos, estando à proposta Política Municipal de Resíduos Sólidos e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em encontro com a legislação Federal e Estadual em vigor.

Da mesma forma, observou-se que o Município não possui agência reguladora para regular e fiscalizar os serviços públicos de saneamento básico, razão pela qual se propõe no presente trabalho a criação de política pública para concepção da mesma.

Portanto, é essencial para o Município de Niterói a aprovação das presentes propostas de Leis, no intuito de possibilitar que o Município formule às políticas e execute as ações com relação ao Saneamento básico.

## ANEXO I – PROJETO DE LEI PARA APROVAÇÃO DE AGÊNCIA REGULADORA

“Institui a Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Município de Niterói – RJ e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI ESTADO DO RIO DE JANEIRO, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I - DA AGÊNCIA REGULADORA

#### CAPÍTULO I — AUTARQUIA

Art. 1º. Fica instituída a Agência Reguladora de Saneamento de Niterói, denominada ARSAN, autarquia sob regime especial, dotada de autonomia orçamentária, financeira, funcional e administrativa, com sede e foro na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e prazo de duração indeterminado.

Parágrafo único: Para os fins desta lei, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem de águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas (Nos termos do artigo 3º, inciso I, alínea de “a” a “d”, da Lei 11.445/2007, com alterações dada pela Lei nº 13.308/2016).

## CAPÍTULO II

### PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA ARSAN

Art. 2º. A ARSAN exercerá, sem prejuízo de outras atividades de regulação e fiscalização de serviços públicos que vierem a serem delegadas por lei, as atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico delegados pelo Município de Niterói, nos termos desta Lei e demais normas legais, regulamentares e contratuais pertinentes.

§ 1º. O poder regulatório da ARSAN será exercido com a finalidade última de atender o interesse público, mediante normatização, planejamento, acompanhamento e controle dos serviços públicos submetidos à sua competência.

§ 2º. Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com os demais entes federados, visando à delegação ou ao recebimento dos encargos relativos à regulação dos serviços públicos de que trata o caput deste artigo.

§ 3º. Mediante lei específica, outros serviços públicos de competência do Município poderão ser regulados pela ARSAN.

Art. 3º. O exercício das funções da ARSAN atenderá aos seguintes princípios:

I – independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira;

II – transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

Art. 4º A ARSAN terá os seguintes objetivos, desempenhando suas atribuições de acordo com a legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade, razoabilidade, publicidade e celeridade:

I - assegurar a adequada prestação dos serviços, regulando-os e fiscalizando-os, assim entendidos aqueles que satisfazem as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas;

II - garantir a harmonia entre os interesses dos usuários, concessionários, permissionários de serviços públicos sob sua competência regulatória;

III - zelar pelo equilíbrio econômico financeiro dos serviços públicos delegados sob sua competência regulatória.

### CAPÍTULO III

#### COMPETÊNCIA DA ARSAN

Art. 5º A ARSAN, entidade integrante da administração pública municipal indireta, submetida a regime autárquico especial, vinculada ao Gabinete do Prefeito, dotada de poder de polícia e de autonomia decisória, funcional/administrativa e financeira, com a finalidade de estabelecer as políticas e desenvolver ações voltadas para a:

I - regulação;

II - controle;

III - fiscalização;

IV - normatização dos serviços públicos municipais, especialmente os serviços do sistema saneamento básico do Município de Niterói, concedidos, permitidos, autorizados e/ou operados diretamente pelo poder público municipal, visando a eficiência desses sistemas e a elevação da qualidade de vida para a presente e futuras gerações.

§ 1º O Sistema de Saneamento Básico compreende:

a) abastecimento de água potável;

b) esgotamento sanitário;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

d) drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas;

§ 2º A execução dos serviços públicos municipais ficará a cargo das secretarias municipais em suas esferas de competência ou às delegações por meio de concessões.

Art. 6º Sem prejuízo de outros poderes de regulação e fiscalização sobre serviços públicos que possam vir a ser delegados serão de sua competência:

I - zelar pelo fiel cumprimento da legislação, dos contratos de concessão, termos de permissão e demais contratos de serviços públicos sob a sua competência regulatória, podendo, para tanto, determinar diligências junto ao poder concedente e entidades reguladas, assim como ter amplo acesso a dados e informações relativos à prestação dos serviços;

II - implementar as diretrizes e políticas públicas estabelecidas pelo poder concedente em relação à concessão e permissão de serviços sujeitos à competência da ARSAN;

III - fiscalizar, diretamente ou mediante contratação de terceiros, os aspectos técnico, econômico, contábil, financeiro, operacional e jurídico dos serviços públicos delegados, aplicando as sanções cabíveis, em conformidade com a regulamentação desta Lei, e demais normas legais e contratuais;

IV - fixar critérios, indicadores, fórmulas, padrões e parâmetros de qualidade dos serviços e de desempenho dos prestadores, estimulando a constante melhoria da qualidade, produtividade e eficiência, bem como a preservação e conservação do meio ambiente, resguardado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

V - fixar critérios para o estabelecimento de tarifas dos serviços públicos, bem como propor ao Poder Concedente, o reajuste, revisão e aprovação em consonância com as normas legais e contratuais;

VI - deliberar, no âmbito de suas atribuições, quanto à interpretação das leis, normas e contratos, bem como sobre os casos omissos relativos aos serviços públicos delegados;

VII - dirimir, em âmbito administrativo, conflitos entre o poder concedente, entidades reguladas e usuários;

VIII - propor ao poder concedente, intervenções ou extinção das concessões ou permissões sob seu poder regulatório;

IX - encaminhar à Secretaria competente os processos relativos à declaração de utilidade pública para desapropriação ou instituição de servidão administrativa;

X - assegurar o cumprimento de suas decisões administrativas, inclusive mediante a imposição de penalidades aplicáveis conforme previsão legal ou contratual;

XI - atender os usuários, compreendendo o recebimento, processamento e provimento de reclamações relacionadas com a prestação de serviços públicos delegados, conforme as normas regulamentares e contratuais aplicáveis;

XII - atuar na defesa e proteção dos direitos dos usuários, reprimindo infrações e compondo e arbitrando conflitos de interesses;

XIII - incentivar, nas hipóteses em que possível, a competitividade nos diversos setores sujeitos à sua regulação, estimulando a melhoria da qualidade e o desenvolvimento tecnológico dos serviços públicos delegados;

XIV - buscar a modicidade das tarifas com o justo retorno dos investimentos;

XV - zelar pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato regulado;

XVI - contratar com entidades públicas ou privadas serviços técnicos, vistorias, estudos e auditorias necessários ao exercício das atividades de sua competência, respeitando a legislação pertinente;

XVII - elaborar o seu regulamento interno, estabelecendo procedimentos para a realização de audiências públicas, encaminhamento de reclamações, emissão de decisões administrativas e respectivos procedimentos recursais;

XVIII - elaborar a proposta orçamentária a ser incluída na Lei Orçamentária Anual do Município;

XIX - contratar seu pessoal nos termos da Lei;

XX - administrar seus bens;

XXI - arrecadar e aplicar suas receitas;

XXII - dar publicidade às suas decisões;

XXIII - garantir o controle social dos serviços públicos por ela regulados;

XXIV - praticar outros atos relacionados com sua finalidade.

#### CAPÍTULO IV

#### ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 7º A ARSAN apresenta a seguinte estrutura organizacional:

I - Conselho Consultivo;

II - Diretoria Executiva;

III – Secretaria Executiva

III - Ouvidoria.

Parágrafo único. A regulamentação desta Lei disporá sobre a organização e atribuições dos órgãos componentes da ARSAN.

---

## CAPÍTULO V

### CONSELHO CONSULTIVO

Art. 8 O Conselho Consultivo, órgão superior de representação e participação da sociedade na ARSAN, será integrado por 5 (cinco) conselheiros e decidirá por maioria simples dos presentes, cabendo um voto a cada membro e, quando for o caso, o voto de desempate ao seu presidente.

Art. 9º Cabe ao Conselho Consultivo:

I - conhecer das resoluções internas da ARSAN e das relativas à prestação dos serviços públicos delegados;

II - aconselhar quanto às atividades de regulação desenvolvidas pela ARSAN;

III - apreciar os relatórios anuais da Diretoria Executiva;

IV - conhecer dos valores de tarifas e preços públicos relativos aos serviços públicos delegados;

V - examinar críticas, denúncias e sugestões feitas pelos usuários e, com base nestas informações, fazer proposições à Diretoria Executiva;

VI - requerer informações relativas às decisões da Diretoria Executiva;

VII - produzir, anualmente ou quando oportuno, apreciações e críticas sobre a atuação da ARSAN, encaminhando-as à Diretoria Executiva e ao Prefeito Municipal;

VIII - tornar acessível ao público em geral seus atos e manifestações.

IX – realizar reunião mensal conforme cronograma estabelecido na primeira reunião do ano vigente, e a qualquer data quando convocado pelo Presidente em caráter extraordinário.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo exercerá suas competências em caráter consultivo, de forma a auxiliar a Diretoria Executiva quando se fizer necessário.

Art. 10º O Conselho Consultivo terá seus membros nomeados pelo Prefeito Municipal para mandato de 3 (três) anos, não sendo remunerados pelo exercício desta função, contando com a seguinte composição:

I - o Diretor Presidente da ARSAN;

II - um representante do Poder Executivo;

III - um representante das entidades reguladas;

IV - um representante dos usuários;

V - um representante do Poder Legislativo Municipal, indicado pelo presidente da Câmara de Vereadores.

Art. 11 O Regimento Interno do Conselho Consultivo disporá sobre seu funcionamento.

## CAPÍTULO VI

### DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 12 A Diretoria Executiva, órgão máximo da ARSAN, é responsável pela direção da Agência, sendo composta de 03 (três) Diretores, em regime de colegiado, tendo por objetivo implementar as diretrizes estabelecidas nesta Lei e demais normas aplicáveis, incumbindo-lhe ainda exercer as competências executiva, fiscal e outras que lhe reservem esta Lei e sua regulamentação.

Art. 13 A Diretoria Executiva será composta por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo Financeiro e um Diretor Técnico-Operacional, com mandato não coincidente de 3 (três) anos.

Parágrafo único. O Diretor permanecerá no exercício de suas funções após o término de seu mandato, até que seu sucessor seja nomeado e empossado.

Art. 14 Os Diretores serão indicados pelo Prefeito Municipal, e submetidos à aprovação do Poder Legislativo, na primeira sessão ordinária após as indicações, dentre aqueles que satisfaçam, simultaneamente, as seguintes condições:

I - ser brasileiro;

II - possuir reputação ilibada e idoneidade moral;

III - ter conhecimento jurídico, ou econômico, ou administrativo ou técnico em área sujeita ao exercício do poder regulatório da ARSAN;

IV - não ser acionista, quotista ou empregado de qualquer entidade regulada;

V - não exercer qualquer cargo ou função de controlador, diretor, administrador, gerente, preposto, mandatário, consultor ou empregado de qualquer entidade regulada; e,

VI - não ser cônjuge, companheiro, ou ter qualquer parentesco por consanguinidade ou afinidade, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, com dirigente, administrador ou conselheiro de qualquer entidade regulada ou com pessoas que detenha mais de 1% (um por cento) do capital social dessas entidades;

VII — possuir nível superior completo.

Parágrafo único. Uma vez aprovadas as indicações pelo Legislativo os Diretores serão nomeados pelo Prefeito.

Art. 15 Os cargos da Diretoria Executiva serão de dedicação exclusiva.

Art. 16 Sob pena de perda de mandato, o Diretor não poderá:

I - receber a qualquer título, quantias, descontos, vantagens ou benefícios de qualquer entidade regulada;

II - tornar-se sócio, quotista ou acionista de qualquer entidade regulada;

III - passar a ser cônjuge, companheiro, ou a ter qualquer parentesco por consanguinidade ou afinidade, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, com dirigente, administrador ou conselheiro de qualquer entidade regulada ou com pessoas que detenha mais de 1% (um por cento) do capital social dessas entidades;

IV - manifestar-se publicamente, salvo nas sessões da Diretoria Executiva, sobre qualquer assunto submetido à ARSAN, ou que, pela sua natureza, possa vir a ser objeto de apreciação da mesma.

Art. 17 Qualquer vacância no cargo de Diretor será suprida mediante indicação do Prefeito Municipal em caráter interino, por prazo por ele fixado, ou em caráter definitivo, válida até o termo final do mandato.

Art. 18 Em caso de ausência de qualquer dos Diretores e havendo empate em deliberação, prevalecerá o voto do Diretor Presidente.

Art. 19 Na ausência do Diretor Presidente, este designará, dentre os Diretores, aquele que interinamente exercerá a presidência, sendo vedado ao mesmo Diretor exercer tal função por duas ausências consecutivas do Diretor Presidente.

Art. 20 No início de seus mandatos, e anualmente até o final dos mesmos, os Diretores deverão apresentar declaração de bens, na forma prevista na regulamentação desta Lei.

Art. 21 É vedado aos Diretores, pelo prazo de 12 (doze) meses a contar do término dos respectivos mandatos, exercer, direta ou indiretamente, qualquer cargo ou função de controlador, diretor, administrador, gerente, preposto, mandatário, consultor ou empregado de qualquer entidade regulada, nem patrocinar direta ou indiretamente interesses desta junto à ARSAN.

Parágrafo único. Os Diretores deverão, no ato de posse, assinar termo de compromisso, cujo conteúdo espelhará o previsto nesta Lei.

Art. 22 Observado o disposto no artigo seguinte, a representação e assunção de obrigações pela ARSAN se dará por meio da assinatura do Diretor Presidente.

Art. 23 Cabe ao Diretor Presidente à representação da ARSAN em Juízo e perante outras autoridades administrativas das esferas federativas, inclusive na celebração de contratos, acordos, convênios e similares de interesse da ARSAN, e o comando hierárquico sobre o pessoal da Agência.

Art. 24 Após nomeação, o Diretor somente perderá o cargo antes do término do seu mandato em quaisquer das seguintes hipóteses, isolada ou cumulativamente:

I- a constatação de que sua permanência no cargo possa comprometer a independência e integridade da ARSAN;

II - nas hipóteses previstas no artigo 16 da presente Lei;

III - condenação por crime doloso;

IV - condenação por improbidade administrativa.

Parágrafo único. Constatadas as condutas referidas nos incisos I e II deste artigo, caberá ao Prefeito Municipal determinar a apuração das irregularidades pela Procuradoria Geral do Município.

## CAPÍTULO VII

### DA OUVIDORIA E DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 25 A Ouvidoria é o órgão encarregado de receber as reclamações, críticas ou sugestões dos usuários do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, dando-lhes adequado encaminhamento.

Art. 26 A Secretaria Executiva é o órgão encarregado de assessorar a Diretoria, dirigir, organizar e dar andamento aos serviços da Secretaria da Agência.

Art. 27 A Ouvidoria e a Secretaria Executiva terão a sua organização, funcionamento e atribuições definidas no Regimento Interno da Agência.

## CAPÍTULO VIII

### PROCESSO DECISÓRIO

Art. 28 O processo decisório da ARSAN compete à Diretoria Executiva, e obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economia processual, de acordo com os procedimentos a serem definidos na regulamentação desta Lei, assegurados aos interessados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos inerentes.

Parágrafo único. O funcionamento e tramitação dos processos administrativos constarão na regulamentação desta Lei, devendo ser respeitados os prazos e condições previstos nos contratos de concessão, termos de permissão e outros ajustes submetidos ao poder regulatório da ARSAN.

Art. 29 As decisões da ARSAN serão deliberadas por maioria simples de votos dos Diretores, cabendo um voto a cada Diretor e, quando necessário, o voto de desempate caberá ao Diretor Presidente.

Art. 30 A entidade regulada ou seu preposto que tenha matéria sob análise da Diretoria Executiva não poderá contatar, salvo pelas vias administrativas ordinárias, quaisquer membros da Diretoria Executiva acerca do mérito da matéria sob consideração.

Art. 31 As decisões da ARSAN deverão ser fundamentadas e publicadas.

Art. 32 Observado o disposto no parágrafo único desse artigo, os processos administrativos deverão estar concluídos no prazo máximo de 90 (noventa) dias de sua instauração.

Parágrafo único. Os processos administrativos que versarem sobre revisão de contratos e das respectivas tarifas, preços públicos e contraprestações cobradas pelas entidades reguladas, bem como sobre reajuste de tais tarifas, preços públicos e contraprestações, deverão ser concluídos no prazo máximo previstos nos instrumentos de delegação.

## CAPÍTULO IX

### RECEITAS DA ARSAN

Art. 33 A ARSAN deverá elaborar, a cada ano, proposta orçamentária operacional, contendo as receitas previstas neste Capítulo, a ser integrada na proposta de Lei Orçamentária do Município.

Art. 34 Constituem receitas da ARSAN, dentre outras:

I - os valores pagos à título de regulação e fiscalização dos serviços de competência da ARSAN;

II - as dotações consignadas no orçamento do Município, créditos especiais, créditos suplementares e repasses que lhe forem conferidos;

III - os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais e internacionais;

IV - as oriundas de retribuição por seu serviço, cujos valores serão definidos em resolução;

V - o produto da execução de sua dívida ativa;

VI - as doações, legados, subvenções e contribuições de qualquer natureza realizadas por entidades não reguladas;

VII - os valores apurados na venda ou locação de bens móveis e imóveis de sua propriedade;

VIII - o produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações e, ainda, as oriundas de inscrição em cursos, palestras e outros eventos que venha a promover;

IX - a oriunda de publicidade inserida em suas publicações ou fixadas em bens de sua propriedade ou administração;

X - os valores apurados em aplicações financeiras;

XI - os valores decorrentes da aplicação de multas pecuniárias ao prestador do serviço delegado, ao poder concedente (ou titular) do serviço ou aos usuários;

XII - outras receitas;

§ 1º - Todos os recursos mencionados no caput deverão ser creditados diretamente à Agência, para a sua direta gestão orçamentária e financeira.

§ 2º - Os valores pertencentes à ARSAN, uma vez apurados administrativamente e não pagos no prazo estipulado, serão inscritos na dívida ativa da própria Agência.

§ 3º - A inscrição na dívida ativa da Agência servirá de título executivo para cobrança administrativa ou judicial.

Art. 35 Para custear a (s) despesa (s) de operação e manutenção da Agência, o(s) operador (es), contratado(s), concessionário (s) ou permissionário(s) do serviço regulado (s) pela agência, contribuirá(ão), com percentual mensal de 1,5% (um vírgula cinco por cento), em relação ao faturamento bruto da (s) concessionária (s) por ela (s) regulada (s).

Parágrafo Único. A contribuição a que se refere o caput terá por base de cálculo o valor da receita bruta mensal gerada pelos serviços regulados pela ARSAN, até o dia 25 do mês subsequente àquele em que ocorreu o fato gerador.

Art. 36 O Diretor Presidente da ARSAN submeterá anualmente, até o último dia útil do mês de setembro, ao Poder Executivo Municipal sua previsão de receitas e despesas para o exercício seguinte, visando a sua incorporação na Lei Orçamentária Anual do Município.

Parágrafo Único. As propostas orçamentárias deverão ser acompanhadas do planejamento plurianual das receitas e despesas, visando o seu equilíbrio orçamentário e financeiro nos 04 (quatro) anos subsequentes.



Art. 37 As dotações orçamentárias da Agência e sua programação orçamentária e financeira de execução deverão observar os limites legais para movimentação e empenho.

Art. 38 Observadas às normas legais do regime financeiro das autarquias, os recursos serão administrados diretamente pela Agência, através de contas bancárias movimentadas pela assinatura conjunta do Diretor Presidente e do Diretor Administrativo – Financeiro.

Art. 39 Constituem patrimônio da ARSAN os bens e direitos de sua propriedade, os que lhe forem conferidos ou os que venha a adquirir ou incorporar.

## CAPÍTULO X

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 Durante o primeiro mandato dos membros da Diretoria Executiva, os Diretores terão mandatos diferenciados de cinco, quatro e três anos, de acordo com os termos de posse e fixados nos respectivos atos de nomeação.

Art. 41 Ficam criados na ARSAN os cargos de Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor Técnico-Operacional e Ouvidor.

Art. 42 Fica a ARSAN autorizada, em sendo necessário, a efetuar contratação temporária, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, por prazo não excedente a 12 (doze) meses, obedecidos os requisitos de Lei.

Art. 43 O Poder Executivo adotará as medidas necessárias à implementação da ARSAN.

Art. 44 No prazo de 30 (trinta) dias a contar da posse da Diretoria Executiva da ARSAN, esta promoverá a adequação do orçamento da Agência às suas finalidades.

## TÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45 As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, ficando autorizado o Executivo Municipal a criar créditos suplementares e realizar os remanejamentos eventualmente necessários para fazer frente à execução desta Lei.

Art. 46 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 47 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Niterói, xx de XXXXXXXXXXXXXXX de xxx.

---

**ANEXO 2 - DECRETO PARA APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

*Aprova e institui o Plano Municipal de Saneamento Básico destinado à execução dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas do município de Niterói e dá outras providências.*

*O Prefeito Municipal de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 inciso VI da Lei Orgânica do Município de Niterói e;*

*CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e determina ao titular dos serviços a formulação de política pública para o saneamento básico;*

*CONSIDERANDO que, a teor do disposto no artigo 11, inciso I, da Lei Federal nº 11.445/2007, a existência de Plano de Saneamento Básico é condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico;*

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica aprovado e instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico de Niterói, referente aos serviços abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, *drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas*, anexo ao presente Decreto, que, a partir do diagnóstico da atual situação dos serviços públicos, estabelece diretrizes, objetivos, metas e as ações a serem adotadas pelo Município para a melhoria da eficiência na prestação dos serviços e para a sua universalização.

**Art. 2º.** O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído neste Decreto, será revisto periodicamente a cada quatro anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

**Art. 3º.** A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser elaborada em articulação com as prestadoras dos serviços e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos e com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

**Art. 4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Niterói, XX de XXXXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Prefeito Municipal**

*Publicado o presente decreto aos xxxxxxxxxxxxxx do mês de xxxxxxxx do ano de xxxxxxxxxxxx na portaria da Prefeitura Municipal*

### ANEXO 3 - POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO;

Projeto de Lei Nº \_\_\_\_\_.

*Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Niterói e dá outras providências.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Niterói aprovou e eu sancionei a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

#### DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 1º Esta Lei institui a Política Municipal de Saneamento Básico de Niterói e dispõe sobre as diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º A presente Lei está fundamentada na Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais do saneamento básico e outras normas aplicáveis.

§ 2º Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pelos setores e ações em saneamento básico.

Art. 2º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, de seus regulamentos e da legislação Estadual.

Art. 3º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais.

Art. 4º Compete ao Município organizar e prestar direta ou indiretamente os serviços de saneamento básico de interesse local.

§ 1º Os serviços de saneamento básico deverão integrar-se com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem-estar de seus habitantes.

§ 2º A prestação de serviços públicos de saneamento básico no município poderá ser realizada por:

I – órgão ou pessoa jurídica pertencente à Administração Pública municipal, na forma da legislação;

II – pessoa jurídica de direito público ou privado, desde que atendidos os requisitos da Constituição Federal e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

#### Seção I

#### Das Definições

Art. 5º Para os efeitos desta Lei entende-se por:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de

águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

III - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

IV - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

V - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 6º O Município, no exercício da competência e prerrogativa que lhe é assegurada pelo art. 30, V, da Constituição Federal, fica autorizado a prestar os serviços de saneamento básico:

I – diretamente através de órgãos de sua administração direta ou por meio de entidades de sua administração indireta, facultada a contratação de terceiros, no regime da Lei Federal nº 8.666/93, para determinadas atividades;

II – indiretamente sob o regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação na modalidade de concorrência pública (CF, art. 175), no regime da Lei Federal nº 8.987/1995;

III – mediante contrato de programa celebrado com base em convênio de cooperação entre entes federados ou consórcio público, no regime da Lei Federal nº 11.107/2005;

IV – mediante autorização a usuários organizados em cooperativas ou associações, no regime previsto no art. 10, § 1º, da Lei Federal nº 11.445/2007.

## Seção II

### Dos Princípios

Art. 7º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX – transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processo decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infra -estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

## Seção III

### Dos Objetivos

Art. 8º São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II- priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

IV - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade sanitária, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

V - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VI - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas;

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contemplados as especificidades locais;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

#### Seção IV

#### Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A execução da política municipal de saneamento básico será de competência da Secretaria

Municipal da Administração, que distribuirá de forma transdisciplinar em todas as Secretarias e órgão da Administração Municipal respeitada as suas competências.

Art. 10º A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II – adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III- coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas sócio - econômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII - a bacia hidrográfica deverá ser considerada como unidade de planejamento para fins de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, a capacitação tecnológica da área, a formação de recursos humanos e a busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X - adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

XIV - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

## CAPÍTULO II

### DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

#### Seção I

##### Da Composição

Art. 11 A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 12 O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 13 O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

III – Fundo Municipal de Saneamento Básico;

IV – Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

V – Conferência Municipal de Saneamento Básico;

#### Seção II

##### Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 14 O Plano Municipal de Saneamento Básico é o documento destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido no artigo 19 da Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 15 O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e contém, como principais elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;

II- objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III- programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

VI – Adequação legislativa conforme legislação federal vigente.

Art. 16 O Plano Municipal de Saneamento Básico será avaliado anualmente e revisado a cada 4 (quatro) anos.

§ 1º O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no caput à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido, bem como elaborada em articulação com a prestadora dos serviços.

§ 3º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário engloba integralmente o território do ente do município.

Art. 17 Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico tomar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

Art. 18 O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população.

### Seção III

#### Do Controle Social de Saneamento Básico

Art. 19 As atividades de planejamento, regulação e prestação dos serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos poderão estar sujeitas ao controle social.

§ 1º O controle social dos serviços públicos de coleta e destinação de resíduos sólidos será exercido mediante adoção, entre outros, de um dos seguintes mecanismos:

I - debates e audiências públicas;

II - consultas públicas; e

III - participação em órgãos colegiados de caráter consultivo na formulação da política municipal de resíduos sólidos, no seu planejamento e avaliação e representação no organismo de regulação e fiscalização.

§ 2º As audiências públicas mencionadas no inciso I, do § 1º, devem ser realizadas de modo a possibilitar a maior participação popular possível.

§ 3º As consultas públicas devem ser promovidas de forma a possibilitar que qualquer pessoa, independentemente de interesse, tenha acesso às propostas e aos estudos e possa se manifestar por meio de críticas e sugestões às propostas do Poder Público, devendo tais manifestações serem adequadamente respondidas.

Art. 20 São assegurados aos usuários de serviços públicos de coleta e destinação de resíduos sólidos:

I - o conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos, no termos desta Lei, do seu regulamento e demais normas aplicáveis;

II - o acesso:

a) a informação de interesse individual ou coletivo sobre os serviços prestados;

b) aos regulamentos e manuais técnicos de prestação dos serviços elaborados ou aprovados pelo organismo regulador; e

c) a documentos regulares de monitoramento e avaliação da prestação dos serviços editados pelo organismo regulador e fiscalizador.

### Seção IV

#### Do Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB

Art. 21 Fica criado o Fundo Municipal de Resíduos Sólidos - FMRS, de natureza contábil, tendo por finalidade concentrar os recursos para a realização de investimentos em ampliação, expansão, substituição, melhoria, e modernização das infraestruturas operacionais e em

recursos gerenciais necessários para a prestação dos serviços de saneamento básico do Município de Niterói, visando a sua disposição universal, integral, igualitária e com modicidade dos custos.

Art. 22 Constituem receitas do FMSB:

I - Recursos provenientes de dotações orçamentárias do Município;

II - recursos vinculados às receitas de taxas e tarifas;

III - recursos provenientes de multas administrativas;

IV - transferência voluntária de recursos do Estado ou da União, ou de instituições vinculadas aos mesmos, destinadas a ações de saneamento básico;

V - recursos provenientes de doações ou subvenções de organizações e entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

VI - rendimentos provenientes de aplicações financeiras dos recursos disponíveis do FMSB;

VII - repasses de consórcios públicos ou provenientes de convênios celebrados com instituições públicas ou privados para execução de ações de saneamento básico no âmbito do Município;

VIII - outras receitas;

§ 1º As receitas do FMSB serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º As disponibilidades do FMSB não vinculadas a desembolsos de curto prazo ou a garantias de financiamento com prazos e liquidez deverão ser investidas em aplicações financeiras com prazos liquidez compatíveis com o seu programa de execução.

§ 3º O saldo financeiro do FMSB apurado ao final de cada exercício será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

§ 4º Constituem passivos do FMSB as obrigações de qualquer natureza que venha a assumir para a execução dos programas e ações previstos no Plano Municipal de Saneamento Básico e no Plano Plurianual, observada a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 23 A organização administrativa e o funcionamento do FMRS serão disciplinados em regulamento.

Art. 24 O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas na legislação municipal em vigor, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo único - Os procedimentos contábeis relativos ao FMSB serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

Art. 25 A administração executiva do FMSB será de exclusiva responsabilidade do Município.

Art. 26 O Prefeito Municipal, por meio da Contadoria Geral do Município, enviará, mensalmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado, para fins legais.

## Seção V

### Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 27 Fica instituído Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II- disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.



§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em 180 dias, contados da publicação desta lei.

## Seção VI

### Da Conferência Municipal de Saneamento Básico

Art. 28 A Conferência Municipal de Saneamento Básico, parte do processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º Preferencialmente serão realizadas pré-conferências de saneamento básico como parte do processo e contribuição para a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, proposta pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo.

## CAPÍTULO III

### DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 29 São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II- o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

III- a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V - ao ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 da Lei Federal 11.445/2007.

VIII - ao acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 30 São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação;

III- a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reúso;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade.

VII – participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo Único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reúso sempre que possível.

## CAPÍTULO IV

### PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 31 A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 32 Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

Art. 33 Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 34 Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão possuir manual de prestação de serviço e atendimento ao usuário e assegurar amplo e gratuito acesso ao mesmo.

## CAPÍTULO V

### ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 35 Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros

preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II- de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III- drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

Parágrafo único. Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observarão as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relaciona das à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III- geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

Art. 36 Os serviços de saneamento básico poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III- negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V - inadimplemento do usuário dos serviços de saneamento básico, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas, de acordo com as normas do órgão de regulação.

Art. 37 Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o Município, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

§ 1º Não gerarão crédito perante o Município os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

## CAPÍTULO VI

### REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 38 O município poderá prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos da Constituição Federal, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004 e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

§1º As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I – por autarquia com esta finalidade, pertencente à própria Administração Pública;

II- por órgão ou entidade de ente da Federação que o município tenha delegado o exercício dessas competências, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III - por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

Art. 39 São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III- definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 40 A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços; II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

II - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

III - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

IV - medição, faturamento e cobrança de serviços;

V - monitoramento dos custos;

VI - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

VIII - subsídios tarifários e não tarifários;

IX - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

X - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;

§ 1º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 41 Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 42 Será instituído, em lei própria, o Fundo Municipal de Saneamento Básico, a ser administrado em conjunto pela Secretaria de Saúde e o Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 43 Os órgãos e entidades municipais da área de saneamento básico serão reorganizadas para atender o disposto nesta lei, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 44 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 45 Revogam-se as disposições em contrário.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MUNICÍPIO DE NITERÓI, XX/XX/XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data XX/XX/XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário Municipal

## **ANEXO 4 - POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

LEI Nº \_\_\_\_\_

Dispõe sobre a Política Municipal de Resíduos Sólidos e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Niterói, e dá providências.

O Prefeito Municipal de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, faço Saber que a Câmara Municipal, através do Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_, de autoria do Poder Executivo, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### **DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

#### **Capítulo I**

#### **DAS DEFINIÇÕES E DOS FUNDAMENTOS**

Art. 1º Esta Lei institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos que estabelece as diretrizes municipais e a universalização do acesso aos serviços de coleta, transporte, tratamento, destinação e disposição final dos resíduos sólidos, e subsidia a implementação e operação de ações de melhoria dos serviços de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana, observadas a Lei Federal nº 12.305, de 8 de agosto de 2010, e a Lei Estadual nº 4191, de 30 de setembro de 2003, que instituíram, respectivamente, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e a Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS).

§ 1º Esta Lei também dispõe sobre seus princípios e objetivos, bem como as responsabilidades dos geradores e do poder público e sobre os instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 2º Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis direta ou indiretamente pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Art. 2º A Política Municipal de Resíduos Sólidos será executada em programas, projetos e ações, de forma integrada, planejada, em processo contínuo, e obedecendo às disposições contidas na presente lei e nos procedimentos administrativos dela decorrentes.

Parágrafo único. O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias, os Orçamentos Anuais, abrangendo suas alterações legislativas subsequentes, os Planos, Programas e Projetos Urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão incorporar os princípios, diretrizes e determinações desta Lei.

### **CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES**

Art. 3º Para efeito desta Lei define-se:

I - área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;

II - área órfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

III - área degradada: local onde há disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos que deva ser objeto de recuperação ambiental;

IV - aterro sanitário: técnica de disposição final de rejeitos no solo, ambientalmente adequada, sem causar danos ou risco à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais, e que utiliza os princípios de engenharia para confiná-los no menor volume possível;

V - ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

VI - coleta seletiva: recolhimento diferenciado de resíduos sólidos previamente segregados pela fonte geradora, conforme sua constituição ou composição, para a sua reutilização e/ou reciclagem;

VII - compostagem e biodigestão: processo de tratamento por meio de decomposição bioquímica da fração orgânica, biodegradável de origem animal ou vegetal, efetuada por

microrganismos em condições controladas, para obtenção de um material humificado e estabilizado, denominado composto orgânico, em processo que pode ocorrer com a presença de oxigênio (sem a produção de biogás) ou sem a presença de oxigênio (onde há produção de biogás);

VIII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos sólidos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, o tratamento e a disposição final, bem como outras formas de destinação admitidas pelos órgãos competentes, observando normas operacionais específicas de modo a minimizar os impactos ambientais adversos e evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança;

IX - disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a minimizar os impactos ambientais adversos e evitar danos ou risco à saúde pública e à segurança;

X - geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluídos o consumo;

XI - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de armazenamento, coleta, transporte, transbordo, destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, incluindo a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com a política municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos (PGRS), exigidos na forma desta Lei;

XII - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

XIII - logística reversa: instrumento de gestão de resíduos caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

XIV - materiais recicláveis: aqueles que, após submetidos a um processo de reciclagem, são transformados em insumos para a fabricação de novos produtos;

XV - materiais reutilizáveis: aqueles que podem ser utilizados para a mesma finalidade, ou outra, sem sofrer qualquer transformação;

XVI - plano de gerenciamento de resíduos (PGRS): documento elaborado pelo gerador que define as ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, observadas suas características e riscos, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, destinação final ambientalmente adequada, incluindo a sua disposição final, bem como as ações de proteção à saúde pública e ao meio ambiente;

XVII - pontos de entrega voluntária de materiais recicláveis e resíduos especiais (PEV): equipamentos públicos destinados ao recebimento de materiais recicláveis (constituídos de plásticos, vidros, metais e papéis, devidamente separados para a coleta seletiva) e de resíduos especiais para encaminhamento à logística reversa, incentivando a segregação dos materiais na fonte geradora e sua entrega voluntária;

XVIII - Ecopontos: pontos de entrega voluntária de maior porte, geralmente em forma de construções, para materiais recicláveis, resíduos da construção civil, resíduos volumosos, resíduos de poda e resíduos especiais;

XIX - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e, no que couber, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA);

XX - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XXI - resíduos sólidos: materiais, substâncias, objetos ou bens descartados resultantes de atividades humanas em sociedade nos estados sólido ou semi-sólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgoto ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis sem face da melhor tecnologia disponível;

XXII - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes,

dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos;

XXIII - reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do SISNAMA e, se couber, do SNVS e do SUASA;

XXIV - serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: contempla as atividades de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana, bem como a coleta, transporte, transbordo, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e disposição final dos resíduos domiciliares, resíduos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços, em quantidade e qualidade similares às dos resíduos domésticos e resíduos originários dos serviços públicos de limpeza urbana;

XXV - segregação: separação de resíduo no local e momento de sua geração, de acordo com as características físicas, químicas, biológicas e com sua periculosidade.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem de atividade:

- a) resíduos domiciliares: originários de atividades domésticas em residências urbanas;
- b) resíduos de limpeza urbana: originários de varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana, bem como resultante de poda e campina;
- c) resíduos sólidos urbanos: englobados nas alíneas "a" e "b";
- d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas "b", "e", "g", "h", "j" e "l" deste inciso;
- e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: gerados nessas atividades (tais como resíduos de gradeamento, espuma, lodos, entre outras da atividade de tratamento de água e esgoto), excetuando os referidos na alínea "c";
- f) resíduos industriais: gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
- g) resíduos de serviços de saúde: gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS;

h) resíduos de construção civil: gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluindo os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

i) resíduos agrossilvopastoris: gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

j) resíduos de serviços de transporte: originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários;

k) resíduos de mineração: gerados na atividade de pesquisa, lavra, extração ou beneficiamento de minérios;

l) resíduos cemiteriais: gerados nos cemitérios, subdividido em humanos e não humanos, resultantes da exumação dos corpos e da limpeza e manutenção periódica dos cemitérios.

II - quanto à periculosidade:

a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b) resíduo não perigoso: aqueles não enquadrados na alínea "a" deste inciso.

Art. 5º São princípios da Política Municipal de Resíduos Sólidos:

I - a prevenção e a precaução;

II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;

III - a participação e o controle social;

IV - a educação ambiental;

V - a universalização do acesso aos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

VI - o direito da sociedade ao acesso à informação;

VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, especialmente ambiental;

VIII - do desenvolvimento sustentável;

IX - da inclusão social nos serviços de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos;

X - da cooperação interinstitucional entre o setor público, setor empresarial, cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, e os demais segmentos da sociedade civil;

XI - do respeito à ordem de prioridade estabelecida nessa Lei para o gerenciamento de resíduos sólidos: não geração, redução de geração, reutilização, reciclagem, recuperação energética e disposição final;

XII - da visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos, considerando as variáveis ambientais sociais, culturais, econômicas, tecnológicas e de saúde pública.

Parágrafo único. Adotam-se, para os efeitos desta Lei, as diretrizes e objetivos estabelecidos nos artigos 12 e 13 da PERS (Política Estadual de Resíduos Sólidos), respectivamente.

### CAPÍTULO III

#### DA COMPETÊNCIA E DA PARTICIPAÇÃO DE ÓRGÃOS E AGENTES MUNICIPAIS NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 6º O Município deverá organizar e prestar os serviços públicos de coleta e destinação de resíduos sólidos ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços, nos termos do art. 241 da Constituição Federal e da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Art. 7º A gestão da Política Municipal de Resíduos Sólidos é de responsabilidade da COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI - CLIN, de acordo com o artigo 1º, incisos I, II, III e IV, da Lei 744/89.

Art. 8º Para dar fiel cumprimento à Política Municipal de Resíduos Sólidos cabe ao Município, além das determinações desta Lei, realizar as seguintes ações:

I - executar campanhas de educação ambiental;

II - realizar capacitação de servidores públicos e agentes comunitários para difundir informações sobre resíduos sólidos no Município;

III - estabelecer multas ou outras sanções decorrentes da falha na prestação dos serviços de coleta e destinação final dos resíduos sólidos;

IV - contemplar os objetivos e metas previstos no PMGIRS nos contratos de prestação de serviço celebrados após a publicação desta Lei;

V - observar os conceitos, diretrizes, objetivos, instrumentos e obrigações da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.

Art. 9º O Município poderá realizar programas conjuntos com a União, Estado e outras instituições públicas, mediante convênios de mútua cooperação, gestão associada,



assistência técnica e apoio institucional, com vistas a assegurar a operação e a administração eficiente dos serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos.

Art. 10 Para adequada execução dos serviços públicos de coleta e destinação de resíduos sólidos, deles se ocuparão profissionais qualificados tecnicamente e legalmente habilitados.

#### CAPÍTULO IV

##### DOS INSTRUMENTOS

Art. 11 São instrumentos da Política Municipal de Resíduos Sólidos:

I - instrumentos legais e institucionais:

- a) normas constitucionais, legislação federal, estadual, municipal, resoluções e regulamentos que dispõe sobre resíduos sólidos e proteção ambiental;
- b) legislação que dispõe sobre concessão de serviços públicos;
- c) convênios para a regulação dos serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos;
- d) audiências públicas;
- e) planos nacionais, estaduais e municipais de resíduos sólidos;
- f) acordos setoriais.

II - Instrumentos financeiros:

- a) leis orçamentárias municipais;
- b) tarifas ou taxas;
- c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

d) Fundo Municipal de Resíduos Sólidos.

III - Ações e práticas educativas ambientais e de capacitação dos servidores em temas correlatos à gestão de resíduos sólidos, sob responsabilidade do Município, voltadas, entre outras, a:

- a) divulgar e conscientizar a sociedade quanto à forma correta de separação e destinação do resíduo sólido;
- b) promover campanhas permanentes de educação ambiental formal e não formal abordando os 3Rs (Redução, Reutilização e Reciclagem de resíduos sólidos), incluindo informações sobre a segregação destes resíduos, importância da reutilização e reciclagem dos materiais e disposição adequada para a coleta, reforçando o papel transformacional de cada indivíduo, incluindo a redução de resíduos por meio da compostagem doméstica;
- c) capacitação de agentes comunitários e assistentes sociais para difundir informações sobre os resíduos sólidos.

§ 1º As ações e práticas educativas ambientais e de capacitação dos servidores a que se refere o inciso III deste artigo poderão ser realizados mediante convênio.

§ 2º Instituições públicas e privadas que promovam ações complementares às obrigatórias, em consonância com os objetivos, princípios e diretrizes desta Lei, terão prioridade na concessão de benefícios fiscais ou financeiros, por parte dos organismos de crédito e fomentos ligados ao Governo Municipal.

#### CAPÍTULO V

##### DO SISTEMA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 12 Para a execução das ações decorrentes da Política Municipal de Resíduos Sólidos o Município contará com o Sistema Municipal de Resíduos Sólidos (SMRS).

§ 1º SMRS fica definido como o conjunto de agentes institucionais que, no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de coleta e destinação de resíduos sólidos.

§ 2º O SMRS é assim composto:

I - Plano Municipal de Gestão integrada de Resíduos Sólidos;

II - Conselho Gestor de Resíduos Sólidos;

III - Taxas e Emolumentos;

IV - Fundo Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

V - Controle Social;

VI - Infrações e penalidades;

VII - Regulação, controle, normatização e fiscalização.

## CAPÍTULO VI

### DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

Art. 13 O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância desta Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Parágrafo único. Consideram-se serviços públicos de manejo, de acordo com a Lei Federal 12.305/2010, os conceitos de resíduos sólidos as atividades de coleta e transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e disposição dos:

I - Resíduos domiciliares;

II - resíduo originário de estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e industriais, em qualidade similar às dos resíduos domiciliares de acordo com a legislação municipal em vigor;

III - resíduos originários dos serviços públicos de limpeza pública urbana;

IV - resíduos de serviços de saúde pública.

Art. 14 Para fins desta Lei, o serviço de recolhimento atenderá até 120 (cento e vinte) litros de resíduos por retirada dia.

§ 1º É dever das Unidades Geradoras estabelecimentos de prestação de serviços ou de comercialização de mercadorias; estabelecimentos industriais; estabelecimentos de serviço de saúde; comércio itinerante e eventual; órgãos públicos; igrejas, clubes, associações ou outras instituições que produzirem resíduos além do volume mencionado no artigo 14 desta lei, providenciarem, às suas expensas, o acondicionamento, a coleta, transporte, tratamento e destinação final, considerado lixo excedente/extraordinário, nos termos do Código de Limpeza urbano em vigor;

§ 2º A disponibilização adequada para coleta seletiva compreende o acondicionamento de forma diferenciada entre os resíduos secos recicláveis e os resíduos úmidos, conforme regulamento.

Art. 15 Cabe ao poder público municipal atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionada ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas na forma do caput.

Art. 16 Os órgãos públicos da administração municipal, estadual e federal, e demais estabelecimentos públicos de geração de resíduos sólidos especiais que forem

caracterizados como grandes geradores, deverão implantar, em cada uma de suas instalações e, principalmente, nas destinadas à realização de grandes eventos, procedimentos de coleta seletiva dos resíduos de características domiciliares gerados em suas atividades, observando dispositivos legais vigentes, destinando os resíduos secos recicláveis às cooperativas e associações de catadores locais.

§ 1º Os materiais recicláveis segregados e coletados serão destinados preferencialmente às Cooperativas ou Associações de catadores existentes no Município de Niterói, mediante comprovação atestada pela receptora.

§ 2º Os órgãos públicos e demais estabelecimentos públicos considerados pequenos geradores de acordo com a legislação municipal em vigor serão atendidos pelos serviços públicos de coleta seletiva

§ 3º A Secretaria de Educação do Município fica obrigada a desenvolver atividades curriculares, especialmente na área de Educação Artística, para proporcionar o reaproveitamento de resíduos sólidos, transformando-os em arte nas escolas.

Art. 17 O acondicionamento e a disposição dos resíduos para coleta residencial em prédios multifamiliares deverão ser feitos nos termos da legislação municipal em vigor.

Art.18 Estão sujeitos à elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos os grandes geradores aqueles descritos nos incisos I a V, do art.20 da Lei nº 12.305, de 2010, observada a obrigatoriedade de:

I - segregação de resíduos orgânicos gerados especialmente em estabelecimentos como mercados, frutarias, restaurantes e similares;

II - separação e destinação adequada do óleo vegetal gerado em estabelecimentos privados;

III - implantar estrutura e equipamentos apropriados, desde que tecnicamente necessários, para triagem e acondicionamento dos resíduos no interior de suas dependências em locais que facilitem o seu armazenamento, triagem e remoção, de forma a não contaminar

os resíduos secos recicláveis, atendendo às características do material a ser depositado, nos termos da legislação em vigor.

§ 1º Os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) devem ser submetidos à aprovação dos órgãos municipais competentes, constituindo-se numa das condicionantes a expedição e/ou renovação da licença de localização e do alvará de funcionamento.

§ 2º Para atendimento do inciso III deste artigo, o grande gerador poderá contratar empresa licenciada, cooperativas ou associações de catadores.

§ 3º Os resíduos secos recicláveis segregados poderão ser coletados a critério do gerador, pelo serviço público de coleta seletiva, por empresa privada devidamente cadastrada/licenciada para a atividade, bem como, pelas cooperativas e associações de catadores, devidamente licenciados.

§ 4º Os resíduos secos recicláveis segregados e coletados serão destinados preferencialmente às Cooperativas ou Associações de catadores existentes no Município de Niterói, mediante comprovação atestada pela receptora, exceto nos casos onde os grandes geradores realizarem o reaproveitamento ou a venda direta dos seus resíduos secos recicláveis.

Art. 19 Os resíduos da construção civil, provenientes das construções, reformas, reparos e demolições de obras da construção civil, incluídas os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis e volumosos, são regidos por legislação municipal específica, devendo ser observado o caráter não exclusivo da prestação do serviço de coleta, triagem, tratamento e destinação final destes resíduos.

Art. 20 O Município, na gestão dos resíduos sólidos, deverá, além das obrigações previstas na Lei nº 12.305, de 2010:

I - realizar a segregação de resíduos orgânicos úmidos e secos em todos os órgãos municipais;

II - implantar e manter sistema de informações para gestão de resíduos sólidos, contemplando em banco de dados de resíduos coletados e destinados pela Prefeitura, cooperativas e grandes geradores;

III - implantar e manter sistema de informações para gestão de resíduos recicláveis, contemplando em banco de dados os resíduos coletados e destinados pelas cooperativas e que farão parte do sistema de venda deste material;

IV - ampliar gradualmente a coleta seletiva no território municipal;

V - promover a constante inclusão de catadores e fomentar a estruturação de cooperativas por catadores de materiais recicláveis de baixa renda;

VI – fiscalizar, quando em sua competência, a destinação dos resíduos especiais e perigosos gerados em estabelecimento privado e aplicar as sanções previstas na legislação em vigor.

VII - promover, direta ou indiretamente, a coleta, tratamento e destinação de Resíduos de Serviço de Saúde (RSS) gerados em unidades públicas de saúde e monitorar o acondicionamento adequado destes resíduos;

VIII - fiscalizar os proprietários de terrenos particulares que não realizem a limpeza dos seus imóveis;

Art. 21 O proprietário ou o responsável legal de terreno não edificado ou não utilizado, com frente para logradouros públicos, é obrigado a mantê-lo como o estabelecido no Código de Postura do Município.

## CAPÍTULO VII

### DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

Art. 22 É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços

públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante às atribuições e procedimentos previstos neste Capítulo.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

I - compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;

II - promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas;

III - reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;

IV - incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;

V - estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis.

Art. 23 Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes ficam obrigados a aderir ao sistema de logística reversa.

Art. 24 Devem ser priorizadas a fabricação de embalagens com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

Art. 25 São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos, após o uso pelo consumidor, devendo ser observadas as leis municipais próprias para cada tipo de resíduo de forma independente do serviço público de limpeza

urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes;

Parágrafo único. O sistema de logística reversa deve ser estendido a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, bem como embalagens de medicamentos e medicamentos usados ou vencidos.

## CAPÍTULO VIII

### DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE COLETA SELETIVA

Art. 26 O serviço público de coleta seletiva de resíduos recicláveis será operacionalizado pelo Poder Público municipal e os resíduos secos recicláveis encaminhados, preferencialmente, aos segmentos organizados de catadores para triagem, classificação, beneficiamento e comercialização, com o apoio do órgão municipal de prestação de serviços urbanos, considerando os seguintes princípios:

I - priorização das ações geradoras de ocupação e renda;

II - compromisso com ações alteradoras do comportamento dos munícipes perante os resíduos que geram;

III - incentivo à solidariedade dos munícipes e suas instituições sociais com a ação de cooperativas ou associações de coleta seletiva;

IV - reconhecimento das cooperativas e associações autogestionárias como agentes ambientais da limpeza urbana;

V - desenvolvimento de ações de inclusão e apoio social para a população menos favorecida que possa ser integrada ao programa, constituindo a cadeia produtiva da reciclagem.

Art. 27 É de responsabilidade da administração municipal a implantação e manutenção da rede de PEV's, em número e localização adequados ao atendimento no município, considerando o estabelecido nas metas do PMGIRS.

§ 1º A rede de pontos de entrega voluntária (PEV) e os ecopontos necessários ao serviço de coleta seletiva deverão obedecer à legislação ambiental, à de uso, ocupação e urbanização do solo, além das normas e recomendações técnicas pertinentes, podendo ser estabelecida pela administração municipal em áreas e instalações:

I - públicas;

II - cedidas por terceiros;

III - locadas entre os imóveis disponíveis no município.

Art. 28 É responsabilidade da administração municipal o desenvolvimento de ações inibidoras de práticas não admitidas como:

I - armazenamento de resíduos em domicílios, com finalidade comercial, que causem qualquer tipo de poluição, prejuízo à saúde ambiental ou que propiciem a multiplicação de vetores ou outros animais nocivos à saúde humana;

II - Aplicação de sanções frente ao descumprimento desta Lei.

Art. 29 As ações das cooperativas ou associações de coleta seletiva serão apoiadas pelo conjunto dos órgãos da administração pública municipal, mediante a inclusão dos catadores

informais não organizados nos grupos de informação ambiental e nos trabalhos de educação ambiental desenvolvidos.

§ 1º A administração municipal estabelecerá mecanismos de cadastramento das atividades de catação autônoma;

§ 2º A administração municipal deverá fomentar a organização dos catadores autônomos em cooperativas ou associações.

## CAPÍTULO IX

### DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 30 O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é o instrumento de implementação da Política Municipal de Resíduos Sólidos e visa a integrar e orientar as ações dos agentes públicos e privados na adoção de medidas indispensáveis à promoção da universalização dos serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos e garantia de salubridade ambiental, tendo como conteúdo mínimo o estabelecido no artigo 19, da Lei federal nº 12.305/2010.

Art. 31 O processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos fundamenta-se na divulgação em conjunto com os estudos que o embasam, o recebimento de sugestões e críticas por meio de consulta ou audiência pública e análise e opinião por órgão colegiado.

Parágrafo único. A divulgação das propostas do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e dos estudos deve ser ampla, por meio da disponibilização integral de seu teor a todos os interessados.

## CAPÍTULO X

### DO CONSELHO GESTOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 32 Fica criado o Conselho Gestor de Resíduos Sólidos, órgão colegiado deliberativo, regulador e fiscalizador, de nível estratégico superior do Sistema Municipal de Resíduos Sólidos, vinculado à Companhia de Limpeza Urbana de Niterói – CLIN.

Art. 33 Compete ao Conselho Gestor:

I - auxiliar na formulação, planificação e execução da Política Municipal de Resíduos Sólidos, definir estratégias e prioridades, acompanhar e avaliar a sua execução;

II - opinar e dar parecer sobre projetos de leis que estejam relacionados à Política Municipal de Resíduos Sólidos, assim como convênios;

III - decidir sobre propostas de alteração da Política Municipal de Resíduos Sólidos;

IV - estabelecer metas e ações relativas à cobertura e otimização dos serviços de resíduos sólidos;

V - participar de audiências públicas e seminários relacionados aos resíduos sólidos de responsabilidade do Município;

VI - examinar propostas e denúncias e responder a consultas sobre assuntos pertinentes a ações e serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos;

VII - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

VIII - estabelecer diretrizes para a formulação de programas, fiscalização e controle de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos;

Art. 34 O Conselho Gestor de Resíduos Sólidos é o órgão colegiado e paritário, conforme estabelecido no artigo 47, da Lei 11.445/2007.

§ 1º Os mandatos serão cumpridos por dois anos, sendo que as renovações se farão ano-a-ano pela substituição de um terço da composição do Conselho.

§ 2º A Presidência do Conselho Gestor de Resíduos Sólidos poderá ser exercida pelo titular da Companhia de Limpeza Urbana de Niterói – CLIN, ou outro designado pelo Prefeito Municipal.

§ 3º O Conselho deverá instituir seu Regimento Interno em até 90 dias após a nomeação dos membros, regimento este que deverá ser publicado em Diário Oficial.

Art. 35 A estrutura do Conselho Gestor de Resíduos Sólidos compreenderá o Colegiado e a Secretaria Executiva, cujas atividades e funcionamento serão definidos no seu Regimento Interno.

## CAPÍTULO XI

### DO FUNDO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 36 Fica criado o Fundo Municipal de Resíduos Sólidos - FMRS, de natureza contábil, tendo por finalidade concentrar os recursos para a realização de investimentos em ampliação, expansão, substituição, melhoria, e modernização das infraestruturas operacionais e em recursos gerenciais necessários para a prestação dos serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos do Município de Niterói, visando a sua disposição universal, integral, igualitária e com modicidade dos custos.

Art. 37 Constituem receitas do FMRS:

I - Recursos provenientes de dotações orçamentárias do Município;

II - recursos vinculados às receitas de taxas e tarifas;

III - recursos provenientes de multas administrativas aplicadas aos grandes geradores de resíduos por não apresentação e/ou não cumprimento dos seus respectivos Planos de Gerenciamento de Resíduos;

IV - transferência voluntária de recursos do Estado ou da União, ou de instituições vinculadas aos mesmos, destinadas a ações de coleta e destinação de resíduos sólidos;

V - recursos provenientes de doações ou subvenções de organizações e entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

VI - rendimentos provenientes de aplicações financeiras dos recursos disponíveis do FMRS;

VII - repasses de consórcios públicos ou provenientes de convênios celebrados com instituições públicas ou privados para execução de ações de coleta e destinação de resíduos sólidos no âmbito do Município;

VIII - outras receitas;

§ 1º As receitas do FMRS serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º As disponibilidades do FMRS não vinculadas a desembolsos de curto prazo ou a garantias de financiamento com prazos e liquidez deverão ser investidas em aplicações financeiras com prazos liquidez compatíveis com o seu programa de execução.

§ 3º O saldo financeiro do FMRS apurado ao final de cada exercício será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

§ 4º Constituem passivos do FMRS as obrigações de qualquer natureza que venha a assumir para a execução dos programas e ações previstos no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e no Plano Plurianual, observada a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 38 A organização administrativa e o funcionamento do FMRS serão disciplinados em regulamento.

## CAPÍTULO XII

### DO CONTROLE SOCIAL

Art. 39 As atividades de planejamento, regulação e prestação dos serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos poderão estar sujeitas ao controle social.

§ 1º O controle social dos serviços públicos de coleta e destinação de resíduos sólidos será exercido mediante adoção, entre outros, de um dos seguintes mecanismos:

I - debates e audiências públicas;

II - consultas públicas; e

III - participação em órgãos colegiados de caráter consultivo na formulação da política municipal de resíduos sólidos, no seu planejamento e avaliação e representação no organismo de regulação e fiscalização.

§ 2º As audiências públicas mencionadas no inciso I, do § 1º, devem ser realizadas de modo a possibilitar a maior participação popular possível.

§ 3º As consultas públicas devem ser promovidas de forma a possibilitar que qualquer pessoa, independentemente de interesse, tenha acesso às propostas e aos estudos e possa se manifestar por meio de críticas e sugestões às propostas do Poder Público, devendo tais manifestações serem adequadamente respondidas.

Art. 40 São assegurados aos usuários de serviços públicos de coleta e destinação de resíduos sólidos:

I - o conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos, no termos desta Lei, do seu regulamento e demais normas aplicáveis;

II - o acesso:

a) a informação de interesse individual ou coletivo sobre os serviços prestados;

b) aos regulamentos e manuais técnicos de prestação dos serviços elaborados ou aprovados pelo organismo regulador; e

c) a documento regulares de monitoramento e avaliação da prestação dos serviços editados pelo organismo regulador e fiscalizador.

## CAPÍTULO XIII

### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 41 Compete ao Município de Niterói, a regulação e fiscalização da prestação dos serviços no âmbito desta lei, conforme estabelecido no artigo 6º desta Lei.

§ 1º O rol de infrações e suas penalidades estão previstas no Código Municipal de Meio Ambiente e deverá ser respeitado e cobrado pelas prerrogativas desta Lei.

§ 2º Responderá pela infração quem, de qualquer modo, cometê-la, concorrer para a sua prática ou dela se beneficiar.

## CAPÍTULO IVX

### DA REGULAÇÃO, NORMATIZAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Art. 42 O exercício da função de regulação atenderá aos seguintes princípios:

I - independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora;

II - transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

Art. 43 Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, o Município adotará os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência das associações ou da prestação.



Art. 44 Os prestadores de serviços públicos deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades.

Parágrafo único. Incluem-se os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

Art. 45 Incumbe à entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços a verificação do cumprimento do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos por parte dos prestadores de serviços, na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais.

## CAPÍTULO XV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 46 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da sua promulgação.

Art. 47 As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente e constituintes do Fundo Municipal de Resíduos Sólidos, suplementadas se necessário.

Art. 48 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.